



AMANHÃ



depois do

PACOTE 137 GREVES



Reagan quer trocar Stroessner

págs. 10 e 11



Pré-convenção do PT

pág. 6



Campo: a reforma da reforma

pág. 5

Jefferson: diretas na UNE

pág. 13



Metalúrgicos SP

pág. 9

E D I T O R I A L

Retomar a ofensiva

A classe dominante brasileira já deu inúmeras demonstrações da sua capacidade de sair de situações adversas preservando seus interesses essenciais. Sua tradição conservadora e seu ódio a tudo que "cheira" a povo nunca a impediu de especular com anseios populares — deformando-os — para atrair apoios.

A transição burguesa no Brasil passou por maus momentos no ano de 85. A meta inicial de "congelar" a luta reivindicatória, de assegurar uma sólida base popular de apoio, de fortalecer os partidos da Aliança Democrática; de marginalizar as forças não integradas à Nova República e, assim, facilitar a consolidação de uma democracia do capital monopolista, foi, gradativamente, sofrendo reveses. Seis milhões de trabalhadores entraram em greve. Contingentes expressivos de massa passaram a questionar o governo Sarney e mesmo, de forma difusa, o novo regime político. O PMDB e o PFL perderam prestígio. As correntes de oposição à esquerda ampliaram seu espaço, o que se refletiu nas eleições de 15 de novembro. Um agravante: o descontrole da economia com a inflação em disparada. Outro: a experiência de luta adquirida nos enfrentamentos de 85. A perspectiva para a transição em 86 apontava para dias ainda mais difíceis. A contra-ofensiva desencadeada a partir de fevereiro foi um imperativo para "recriar" as condições de viabilizar o projeto burguês.

A reforma ministerial reconhecidamente empurrou o governo mais alguns passos para a direita. Protestos generalizados dos autênticos do PMDB. Ameaça de crise política. Nos setores de esquerda a expectativa era uma só: a máscara caiu de vez e abriu a tampa do buraco. Mas Sarney deu-se ao luxo de proferir frases de efeito: para fazer reformas é preciso um ministério conservador e um presidente progressista (de preferência saído dos quadros da ARENA e do PDS). E decretou o pacote econômico. A "profecia" de Sarney estava correta? Há quem assim pense.

Mas as evidências parecem indicar outra explicação. Pode ser chamada de reforma em benefício dos despossuídos, uma medida que reduziu o patamar da inflação, com o apoio do FMI, com o coro praticamente uníssomo dos capitalistas, e as custas de um roubo dos assalariados? E aqui se explicita uma lição fundamental: o governo recuperou, o apoio de grandes parcelas da população sem promover reformas e, ao contrário, aprofundando seu caráter conservador. Para tanto, o que fez foi tomar a iniciativa no plano político e econômico e "atender" reivindicações dos trabalhadores de maneira completamente alterada e destituídas do seu conteúdo popular. O que demonstra que quando se trata das grandes massas não se pode falar em qualquer posição consolidada no processo político atual. Há uma disputa que ainda está longe de se resolver.

Com o pacote o governo reconstituiu sua base de sustentação político-parlamentar. E unificou em torno de si o "grosso" dos capitalistas. Em situação favorável, partiu para alcançar um objetivo político decisivo: liquidar com os que se opõem à transição. Evidentemente, com a cobertura, o apoio e o entusiasmo da imprensa "livre" do país. Sarney e seus ministros econômicos, e também Maria da Conceição Tavares, foram transformados em heróis. Jornais, revistas e televisões, alçados à condição de portavozes da cruzada nacional, não pouparam esforços para ressaltar até a exaustão os "benefícios" do plano de estabilização da economia. Para os que criticaram o plano, o antídoto foi a tentativa de ridicularizar e o ataque permanente. Leonel Brizola, que durante todo ano passado deu inúmeras demonstrações de "civildade", por ter emitido suas opiniões contrárias ao pacote (ele sabe o que quer, isto é inegável) sofreu um verdadeiro bombardeio.

Quanto ao PT e a CUT, mesmo com a adoção de uma posição dúbia no início — que identificava aspectos positivos, no decreto-lei, se viram alvos de todo tipo de acusações e calúnias. Por um motivo muito simples e que vai além do pacote: as classes dominantes sabem que se constituem hoje num obstáculo às suas pretensões.

Somadas a esta campanha outras atitudes vieram. A Comissão de Estudos Constitucionais, ciosa do seu dever de contribuir para tornar a próxima Constituição a mais reacionária possível, começou a "vomitar" suas propostas. Uma delas: o estabelecimento do Estado de Alerta, um sucedâneo do "democrático" Estado de Emergência. Por seu lado, os partidos da Aliança Democrática, sob os auspícios do governo, prepararam outra medida "ampla e democrática": a nova lei para regulamentar o uso do espaço nos meios de comunicação de massa. Segundo ela, praticamente só os partidos

com grande representação parlamentar (PMDB, PFL e PDS) falam no rádio e na televisão. As intenções são mais do que óbvias.

O episódio do assalto a um banco em Salvador com supostas motivações políticas foi a luva que as mãos da burguesia e o governo esperavam. Além do PT, colocou na berlinda as organizações de esquerda clandestinas. E não há como não fazer aqui uma nova referência a grande imprensa. Seu papel, no caso, foi de absoluta "imparcialidade". Já estava claro que o PT nada tinha a ver com o ato e os jornais estampavam: "Assaltantes do PT...". Várias organizações de esquerda que sabidamente nada tinham a ver com o assalto foram envolvidas em reportagens sobre o assunto. E o fato ocupou por mais de um mês páginas inteiras de jornais. A se ressaltar ainda em relação ao ocorrido em Salvador, a "brilhante" participação dos órgãos de repressão, com destaque para o SNI.

Este conjunto de atitudes tomadas pelo governo no novo quadro criado após o pacote, está deixando cristalinas as reais limitações da transição em curso. No projeto "democrático" da Nova República só participam do verdadeiro "jogo" político — aquele que coloca em disputa o poder central — as forças totalmente confiáveis; para a burguesia monopolista logicamente. O PCB e o PCdoB, que não se cansam de tecer loas ao governo Sarney, só estão em situação cômoda pela sua exemplar demonstração de bom comportamento e porque seu papel neste "jogo" é puramente decorativo.

Entretanto, nem tudo são rosas no caminho da transição no Brasil. Na Espanha e na Argentina, por exemplo, processos onde as particularidades não anulam semelhanças com o projeto da transição brasileira, as forças não integradas e, particularmente, as correntes revolucionárias, foram quase que isoladas da cena política. Em nosso país o mesmo não ocorreu. Mesmo com a flutuação de setores populares amplos, produto de um nível de consciência baixo, constituiu-se uma camada de ativistas de grande influência, que tem no PT e na CUT seus referenciais de massa principais, e com uma posição anti-Nova República consolidada. E isto abre enormes possibilidades para a luta operária e popular no Brasil.

Com a decretação do pacote e a repercussão por ele alcançada, o governo contava com um longo período de calma. Todavia, num curto prazo, iniciaram-se os movimentos grevistas. Mais de 400 mil trabalhadores já paralisaram suas atividades na luta contra o arrocho salarial. Em sua grande maioria estas greves foram dirigidas por militantes da CUT. A idéia dos fiscais do Sarney, apelo demagógico que só sensibilizou os setores desorganizados da população, teve, como era de se esperar, vida efêmera. Os que pretendiam combater o pacote por dentro, impressionados com a "mobilização" inicial, já devem ter percebido que este barco era furado. O caminho capaz de desmascarar o conteúdo anti-operário do Decreto-Lei e do governo passa, como salientamos em editorial anterior, pelo movimento sindical combativo e organizado e pelos ativistas mais conscientes que despertam nos enfrentamentos cotidianos. E pela vinculação das suas reivindicações com a denúncia política viva da transição conservadora e da exploração capitalista articulada com um projeto alternativo.

É um grave equívoco subestimar a capacidade de manobra do governo e da burguesia. Mas não é um equívoco menor subestimar o potencial dos trabalhadores brasileiros, o que pode conduzir à desesperança e à vacilação. Retomar a ofensiva é a palavra de ordem.

fazendo **AMANHÃ**

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genoíno Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro, Sérgio Murilo.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 — São Paulo — SP — Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

As verdades sobre as mentiras que a imprensa vai espalhando

A antiga afirmativa de que "em política o que vale não é o fato mas sua versão", parece ter se transformado em palavra de ordem da imprensa nacional e do Ceará para tratar a administração da prefeita, Maria Luiza Fontenelle, do PT em Fortaleza.

No dia 14 de maio, por exemplo, a cidade ouvia, estarecida, a notícia de que "Maria Luiza havia contratado terroristas líbios para auxiliá-la na prefeitura". Se quiser, sorria ironicamente, caro leitor, porém, a verdade é que, esbaforido, ofegante, semi-histérico, o locutor, Itamar Monteiro, da rádio Dragão do Mar, ao noticiar o fato parecia prestes a pedir socorro a VI frota de Mr. Ronald Reagan. E talvez, Monteiro, não tenha enviado o seu descabelado SOS por causa dos conselhos do seu chefe e proprietário da rádio, o ex-ministro, Cesar Cals. Como sabemos, a esperança é a última que morre, e, quem sabe, o senso de ridículo de Cals, que não é dos mais apurados, neste caso, tenha conseguido se fazer ouvir. De todo o modo, a VI frota não se moveu do Mediterrâneo. Como a própria Maria Luiza não se moveu para recepcionar seus belicosos e recentes contratados. Aliás, "seus assessores líbios", por certo, desatentos ao noticiário do frenético radialista, também se esqueceram de desembarcar em Fortaleza, abandonando suas bombas e assumindo, pacificamente, seus cargos nos gabinetes da prefeitura.

Caricatura a parte, a coisa toda não ficou restrita ao nervosismo de um pre-conceituoso locutor de província. O *Journal do Brasil*, no mesmo dia, publicava na primeira página que a "Líbia é a nova aliada do PT em Fortaleza" e, logo abaixo, outra manchete: "Kadafi financia terroristas europeus". Qualquer semelhança é mera coincidência, ou melhor, qualquer intenção é mera (má) intenção. A imprensa de São Paulo, nem mesmo diante de tão terrível ameaça (terroristas líbios na prefeitura de Fortaleza) perdeu a fleuma. Contentou-se com um discreto "Agora só faltam as bombas".

Mas, afinal, qual foi o motivo para tanto alarido? Kadafi estava mesmo disposto a fazer da prefeitura do PT em Fortaleza um posto avançado de seus agentes para, quem sabe, bombardear, a partir do Nordeste, a Casa Branca?

Entretanto, para a infelicidade de alguns, "a novela" é bem mais simples e tem explicações bem mais prosaicas. Começou quando Maria Luiza fez contacto com uma delegação da Liga dos Países Árabes, composta de nove nações, Líbano, Argélia, Jordânia, Iraque, Marrocos, Síria, Kuwait, OLP e... Líbia. O objetivo da prefeita era conseguir, através de projetos, num procedimento quase rotineiro, algum financiamento destas nações para realizar obras imprescindíveis à cidade. A delegação dos países árabes, demonstrou boa vontade... Foi o que bastou. Como se viu, daí até a contratação de "terroristas líbios" existiu apenas um passo, que a "imparcialidade" da grande imprensa brasileira não hesitou em percorrer.

Assinale-se, de passagem, que a prefeitura de Fortaleza, anteriormente já havia entrado em contacto com delegações

Segundo a grande imprensa a prefeita do PT em Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, tem realizado uma pitoresca administração: tanto contrata "terroristas líbios" como ordena o espancamento de estudantes que protestam contra seu governo. E, no intervalo entre uma medida e outra, para não ficar com as mãos abanando, cria uma casta de "marajás" que recebem salários espantosos. O Amanhã desvendou estes enigmas. Descobrimos, ao final, uma verdade elementar: a mentira continua tendo pernas curtas.

Libia, a nova aliada do PT em Fortaleza

A prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, do PT, confirmou ontem que já está na Líbia projeto de saneamento da cidade, para o qual espera contar com ajuda financeira do coronel Kadafi. A idéia surgiu há duas semanas, quando embaixadores árabes visitaram a cidade. Em seguida, ela foi a Brasília conversar com representantes líbios. Página 12

Kadafi financia os terroristas europeus

BRUXELAS — O líder líbio Muamar Kadafi entregou um milhão de dólares à organização separatista espanhola ETA e vem financiando outros movimentos terroristas europeus, como o IRA irlandês e as Brigadas Vermelhas italianas, diz um documento que está sendo estudado pelos governos da Europa Ocidental, segundo revelou ontem a agência ita-

liana Agi. Fontes oficiais em Madri disseram que Kadafi também contribuiu com 6,5 milhões de dólares para um projeto político da extrema direita na Espanha, a fim de conseguir em troca pontos de apoio para seus agentes em território espanhol. Ontem, um alto funcionário do governo Reagan disse que a Síria também pode estar envolvida nos atentados. Página 8

Libia ajuda Fortaleza

A prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, que sempre reclama da falta de apoio dos governos federal e estadual, disse ontem que sua administração será ajudada pela Líbia, a cuja Embaixada encaminhou os projetos de saneamento básico da cidade. Maria Luiza já conseguiu cem mil libras junto a representantes estrangeiros, que serão aplicados nas favelas.



Fortaleza pede dinheiro à Líbia

A Prefeitura de Fortaleza poderá receber ajuda da Líbia através de sua embaixada no Brasil. O governo daquele país estaria disposto a financiar um projeto de saneamento da prefeitura municipal. Este projeto já foi enviado para a Líbia com todos os detalhes. A prefeita Maria Luiza Fontenelle explica que o pedido de ajuda financeira ao governo da Líbia não tem nenhuma relação com o problema internacional entre aquele país e os Estados Unidos. Adianta que o interesse em ajudar a capital do Ceará partiu de embaixadores

árabes que visitaram Fortaleza há quase duas semanas.

Depois do contato inicial, Maria Luiza esteve na Embaixada da Líbia, em Brasília. Ressalta que não está recorrendo somente à Líbia para salvar Fortaleza, mas já manteve entendimentos com entidades do Canadá, da República Federal da Alemanha, França e Argélia. Ela conseguiu cem mil libras junto a representantes estrangeiros que trabalham com favelas. Essa verba é para saneamento do conjunto Palmeiras.

do Canadá, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, entre outros países, com a mesma finalidade. Assinale-se, também de passagem, que o governo Samey, sistematicamente, vem negando os pedidos de verbas feitos pela prefeitura.

Sobre estes fatos, porém, não se ouviu nenhum único pio, nem o mais breve comentário. Assim como tampouco se publica uma notícia sobre a política adotada pela prefeitura para estes casos: "aceitamos dinheiro venha de onde vier, pois, não é possível ficar de braços cruzados assistindo a morte de mais de 200 crianças, em cada mil que nascem", segundo as afirmações da própria Maria Luiza.

Porém não é apenas de terroristas" que vive a crônica. Ela também se alimenta de "marajás". E quando não os

tem, inventa. Sabidamente o problema do transporte é um dos mais sérios entre os sérios problemas que enfrenta a capital do Ceará. Pois bem: no sentido de resolvê-lo, pelo menos em parte, a prefeitura realizou um convênio com o Banco Mundial e a Empresa Brasileira de Transporte Urbano, (EBTU). Antes não o fizesse: o acordo continha um "pecado" que, logo logo, transformou-se em "crime". Previa a contratação de quatro técnicos com mestrado em engenharia de transportes para o acompanhamento dos dois projetos (Bird III, Bird IV) que se destinavam a pavimentação de ruas, abertura de novas vias e construção de terminais. Seus salários variavam de 5 a 15 mil cruzados. Ora, se de um encontro com uma delegação de países árabes, consegue-se extrair a versão de que "terroristas líbios irão administrar Fortaleza", convenhamos, que não é

preciso muito esforço para transformar os quatro técnicos em faustosos tecnocratas. "Administração popular já tem seus marajás", era a manchete que saudava a assinatura do convênio. E, como é de praxe, nenhuma palavra sobre o seu significado. Aliás, havia mais uma palavra: afirmando que as contratações haviam sido realizadas utilizando o artifício das portarias. As "portarias" eram a forma tradicional com que os coronéis da política cearense sempre nomearam seus apaniguados para os cargos que desejavam. Por este caminho sequer a Câmara Municipal necessitava manifestar-se. E, sem dúvida, foi por este atalho que o prefeito que antecedeu a Maria Luiza conseguiu lotar, apenas em seu gabinete, mais de 400 jornalistas. Profissionais, que, talvez, por óbvia falta de espaço para trabalharem, jamais apareceram nas dependências da Prefeitura. Mas, como águas passadas não movem moinhos, também sobre isto não fala a imprensa. Prefere, por outro lado, divulgar que o salário de um dos técnicos, a estas alturas, já devidamente transformado em "marajá", atingia 21 mil cruzados. "Esqueceu" apenas um detalhe: seu salário real (7 mil cruzados) estava com três meses de atraso e ele havia recebido tudo de uma só vez. E quando, Maria Luiza tratou de "recordar" este "detalhe" "esquecido", esclarecendo, inclusive, as falsidades divulgadas sobre as "contratações realizadas através de portaria", até mesmo os longos ouvidos do sr. Cals, tornaram-se subitamente surdos.

Nesta ciranda de distorções e de mentiras, talvez, o caso mais grave tenha ocorrido quando o Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes, afirmou à imprensa que existiam estudos a fim de exercer um maior controle do uso da meia-passagem, a fim de eliminar a figura do estudante-fantasma.

Segundo os estudos, apenas este controle reduziria a utilização inadequada da meia-passagem em 12 por cento. Fortaleza possui um índice de 44 por cento de utilização de meia-passagem, o mais alto do país. E esta redução permitiria estender o benefício para os idosos e deficientes físicos.

Como por passe de mágica estas informações, detalhadamente expostas, foram parar na imprensa resumidas em uma única frase: "Prefeitura quer acabar com a meia-passagem". Ato contínuo os três diretórios estudantis, dirigidos pelo PCdo B de Fortaleza, realizaram uma passeata que acabou em um confronto entre os estudantes: uns desejavam ouvir as razões da prefeita outros não. A imprensa também fez o seu registro: "mititantes do PT espancam estudantes".

Por ironia, nesta mesma data, Maria Luiza sancionava um projeto de lei devolvendo as entidades estudantis a atribuição de confeccionarem as "carteirinhas de estudantes" Direito que estava cassado desde 1975. O autor da cassação fora o prefeito biónico da antiga Arena, Evandro Ayres de Moura. "Sem comentários", repetiu a imprensa, repetindo a história de sempre: que seria, talvez monótona, talvez cômica, não fosse, simplesmente, repugnante.

CGT censura Prestes.

E CUT compactua

Luiz Carlos Prestes, figura ligada às lutas dos trabalhadores brasileiros se viu, aos 88 anos, impedido de falar durante o ato comemorativo ao 1º de Maio, no Rio de Janeiro.

Para a realização do ato, a CGT e a CUT firmaram um acordo: autoridades federais ficariam afastadas dos microfones, como desejava a CUT; e Luiz Carlos Prestes seria banido das comemorações, conforme imposição da CGT.

A censura a Prestes, pela CGT, não chegou a causar qualquer estranheza. O que, de fato, não era esperado, foi a conivência da CUT nesta afronta à personalidade política de Prestes e à própria história de luta do operariado brasileiro.

Escala móvel(?)

O "gatilho" da escala móvel para reajustes salariais somente será acionado em outubro do ano que vem. Isto se a inflação média mensal se mantiver em torno de 1 por cento.

Diploma para Constituinte

Os parlamentares eleitos no próximo dia 15 de novembro deverão receber diplomas específicos, onde conste a declaração do mandato constituinte extraordinário que receberam de seus eleitores. Esta, a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais, do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, coordenada pelo advogado Tarso Genro, que será encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral. Sua aceitação determinará que os senadores bionicos ou eleitos em 1982, fiquem fora da Assembléia Nacional Constituinte.

No Rio, a debandada do PDS

Nas eleições de 82, o PDS do Rio de Janeiro elegeu oito vereadores, 22 deputados estaduais e quatorze deputados federais. No dia 15 — último prazo para que candidatos em 15 de novembro trocassem de partido — o PDS do Rio praticamente havia acabado. Perdeu todos os seus deputados estaduais, sete vereadores e sete deputados federais.

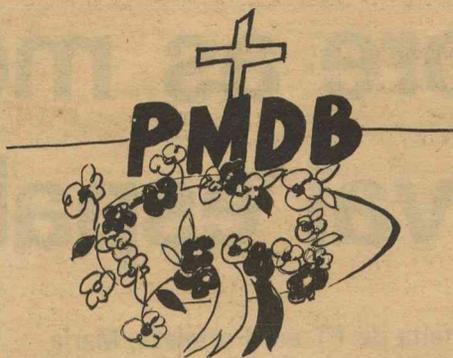
Nesta debandada não faltaram nem mesmo o presidente do diretório regional do partido, deputado federal Alair Ferreira, que foi para o PFL, e o seu vice-presidente, Wilmar Pallis, que ingressou no PDT.

Na TV, o apoio do PC do B ao governo

No seu primeiro programa em rede nacional de rádio e televisão, a 23 de abril, o Partido Comunista do Brasil salientou que a presença do PC do B nos meios de comunicação "é uma demonstração de que o país mudou, de que caiu o regime de arbítrio e de que está em curso um processo de transição democrática."

Os dirigentes do "PC do B" não se furtaram de elogiar o Plano Nacional de Reforma Agrária: "é um instrumento importante para facilitar o avanço da reforma no campo"; e a reforma econômica: "que era necessária para combater a inflação e a correção monetária".

"O PMDB morreu"



Quem diz isto é a deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) que só está esperando as eleições de 15 de novembro para passar para o PSB. Segundo Cristina, "a popularidade enganosa" do PMDB está atraindo pessoas "inaceitáveis", como o deputado Nilson Gibson, militante do PDS, que, na opinião da deputada "é o referencial da direita mais reacionária, imoderada e agressiva que existe neste país." Ela afirmou ainda que "quando um partido não sabe se posicionar diante de assuntos da maior importância como a reforma agrária e a informática; quando um partido se perde no exercício do poder, ele não tem mais condições de existir".

Recadastramento

1 — O presidente do TRE da Bahia, desembargador Ruy Dias Trindade nega a existência de fraude no recadastramento eleitoral no estado.

2 — O ministro da Justiça admite a existência de irregularidades no recadastramento: "Eu não sei exatamente como são estas fraudes".

UDR e TFP juntas,

contra os sem-terra



O presidente da União Democrática Ruralista de Goiás, Ronaldo Caiado, afirmou que a entidade patrocinou a publicação, nos principais jornais brasileiros, de uma página divulgada sob a responsabilidade da TFP — Sociedade Brasileira de Tradição Família e Propriedade —, defendendo o "direito de os proprietários rurais usarem armas para a defesa de suas propriedades".

No dia 27 de abril, a UDR publicou carta, na seção de leitores do "Correio Braziliense", ameaçando diretamente de morte o padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da Comissão Pastoral da Terra na diocese goiana de Tocantinópolis. No dia 10 deste mês, o padre foi assassinado em Imperatriz, no Maranhão.

Argentinos pedem condenação de militares



O julgamento é a condenação de todos os responsáveis pela repressão durante os sete anos de regime militar. Estas as exigências feitas por mais de 20 mil pessoas, durante uma manifestação em Buenos Aires, no dia 16.

É, a resposta da sociedade à solicitação feita pelo presidente Raul Alfonsín

à Justiça Militar, no sentido de que atue com maior rapidez e peça a absolvição dos militares apontados como autores diretos de crimes pelos quais os membros das antigas juntas tenham sido absolvidos. Com esta medida, Alfonsín pretende evitar que os tribunais civis julguem os militares de processos por "desaparecimentos", torturas e assassinatos que estão engavetados no Supremo Tribunal Militar.

Esta situação é considerada pelos grupos argentinos de defesa dos direitos humanos como uma "anistia encoberta" aos militares que cometeram crimes durante a ditadura.

O nazista Waldheim, na Áustria

Kurt Waldheim, ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas e que atuou como oficial do exército nazista na Jugoslávia e Grécia, venceu, a 4 de maio, o primeiro turno das eleições presidenciais da Áustria.

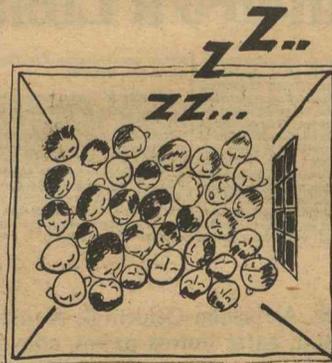
O Departamento de Estado dos EUA, reconhecendo a colaboração de Waldheim a Hitler, recomendou a aplicação da Lei de Imigração contra ele. Esta Lei proíbe a entrada naquele país de pessoas ligadas ao comunismo e ao nazismo.

Publicidade para a Copa

US\$ 14 milhões ou Cz\$ 193,8 milhões. Este, o volume de dinheiro que o Governo vai gastar, através da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobrás, para patrocinar os jogos da Copa do Mundo pela televisão.

As estimativas sobre os gastos totais do Governo Federal com publicidade indicam que os recursos variam entre Cz\$ 2 bilhões e Cz\$ 7 bilhões, este ano. Bem mais do que o governo destinou por exemplo, para subsidiar a produção nacional de leite; Cz\$ 1,5 bilhão.

Crescimento dos cortiços



Nos últimos dez anos, os cortiços no centro de São Paulo aumentaram consideravelmente. Neste período, o número de habitantes por imóvel da área central cresceu de 26,9 para 33,5. Dos moradores do centro, 82,8 por cento moram em cômodos de área inferior a 11 metros quadrados e, segundo pesquisa realizada pela extinta Secretaria da Família e Bem-Estar Social, não são raros os cômodos que só comportam uma cama, à qual a pessoa tem acesso somente pela janela.

Conforme o mesmo levantamento, a renda familiar de 42,5 por cento dos encortiçados não chega a dois salários mínimos mensais.

E a existente e oficial Secretaria

Municipal da Habitação confirma: dos 10,1 milhões de pessoas que vivem atualmente em São Paulo, 5 milhões vivem em habitações 'subnormais'. A Secretaria aponta a existência de 3,4 milhões de pessoas morando nos 126 mil cortiços da zona central e mais de 1 milhão em barracos distribuídos por 1.700 núcleos de favelas.

Cresce o número de crianças pobres

A política do menor, adotada pelos governos militares e que vem sendo mantida pela Nova República, foi dada como falida pela Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança. Em apenas dez anos, o número de crianças pobres, no Brasil, subiu de 13 para 36 milhões. No mesmo período, também aumentou o número de crianças em escola, passando de 3 para 8 milhões.

Na opinião de dirigentes desta frente, o governo deveria realizar profundas mudanças no plano social, tanto numa ação emergencial para assistir as populações mais pobres, quanto na adoção de medidas concretas que permitam que a miséria social seja erradicada nos próximos anos.

Este ano, só de juros e serviço da dívida externa, o Brasil vai pagar 10 bilhões de dólares.

A importação de alimentos

"Garantir a estabilização do pacote econômico e afastar a possibilidade de que os preços dos alimentos coloquem em risco o sucesso do plano".

Estas, as justificativas do Governo para a importação de 4,4 milhões de toneladas de alimentos, a um custo de 1 bilhão de dólares.

Até fevereiro do ano que vem, estarão chegando ao país 2,9 milhões de toneladas de milho, 1,2 milhão de toneladas de arroz, 65 mil toneladas de leite em pó e 250 mil toneladas de carne.

Enquanto isso, a produção rural brasileira — principalmente a representada pelos minifundiários — atravessa uma de suas maiores crises. Os pequenos agropecuaristas recebem atualmente, uma remuneração por seus produtos que não cobre nem mesmo os custos de produção.

Universidade

Federal

parada no RS

Sem verbas para continuar operando, a Universidade Federal de Santa Maria paralisou suas atividades no dia 15. A decisão foi tomada durante uma assembleia que reuniu oito mil pessoas, entre estudantes, professores e funcionários.

A suspensão das atividades da UFSM é um fato inédito na história das universidades e fontes do Ministério da Educação já admitiram a inexistência de recursos a serem repassados à universidade.

A incômoda utopia da Nova República

A Nova República não precisa da reforma agrária para desenvolver o seu projeto econômico. Porém, como livrar-se dela?

A reforma agrária da Nova República começa a revelar, finalmente, suas reais dimensões: elas não ultrapassam as dimensões de uma reforma agrícola.

A história é velha e se repete sempre que a expropriação de terras é substituída pela modernização da agricultura, através de técnicas de produção intensivas que exigem grandes investimentos e se desenvolvem sob o controle das indústrias.

“Modernizar” a agricultura, aliás, é o que se fez neste país nos últimos vinte anos. A situação de miséria que resultou disto tudo apressou a substituição dos governantes e o parto do novo regime. É a Nova República se dispôs a “salvar” o país, buscando a retomada do desenvolvimento econômico. No caso agrário, priorizando a questão agrícola — com o bom auxílio do “pacote”.

Para perceber o que a lerdia reforma agrária e o ágil “pacote” reservam para o campo é necessário, primeiramente, distinguirmos o que se chama de questão agrária e o que se denomina de questão agrícola. Esta, diz respeito, basicamente, à produção, seus custos e preços. A questão agrária refere-se às relações de produção. Isto é, quem produz e como produz. Fala-se em questão agrícola quando faltam ou sobram alimentos. É agrária quando faltam ou sobram trabalhadores.

Obviamente elas não se distinguem. Pelo contrário: estão intimamente relacionadas, os problemas agrícolas decorrem, normalmente, dos problemas agrários. As crises agrárias e agrícolas, entretanto, podem ocorrer separadamente. Mas é certo que estão juntas nas grandes crises sócio-econômicas. No Brasil, tais crises manifestaram-se simultaneamente a partir de 1960, quando se acentuou a luta pela reforma agrária. Acreditava-se na época que o acesso à terra pela massa camponesa transformaria a agricultura num mercado para o setor industrial. Ou seja, entendiase o atraso da agricultura como um obstáculo à industrialização.

O “segredo” do Capitalismo

Assim, a principal característica da reforma agrária até 1964 era apressar o desenvolvimento da agricultura.

O golpe militar e as transformações políticas decorrentes acabaram revelando um “segredo” do capitalismo: ele gera riqueza concentrada nas mãos de poucos e a miséria para a maioria. Sem recorrer à reforma agrária, os capitalistas brasileiros adiaram a crise do setor, apostando na “modernização” da agricultura. No que ela consistiu? Na modificação das técnicas de produção, com a utilização de mais máquinas, insumos, trabalho assalariado.

Para tanto, o governo garantiu crédito, incentivos, assistência técnica. Incentiva-

ram-se as lavouras de exportação, que exigiam mecanização e insumos e, estes, por sua vez, capital fartamente financiado. Favoreceram-se as lavouras empresariais. Vivia-se o “milagre econômico”

A volta à cena

Mas desenvolvimento agrícola não é sinônimo de melhoria das condições de vida dos camponeses. O resultado da “modernização”, esta a vista de todos: de acordo com o IBGE, das 5,2 milhões de propriedades rurais, 250 mil delas ocupam 70 por cento do território nacional. Entre 1960 e 1980, no campo, os 5 por cento mais ricos ficaram ainda mais ricos (elevaram sua participação na renda nacional de 23,7 por cento para 44,2 por cento) e os 50 por cento mais pobres ficaram mais pobres (tiveram a participação reduzida de 22,4 por cento para 14,9 por cento).

Nas duas décadas, os 70 por cento de população rural transformaram-se em apenas 30 por cento. Entre 1970 e 1980, 15 milhões de pessoas migraram para os grandes centros urbanos onde se localiza um parque industrial incapaz de absorver tal oferta de mão-de-obra, seja pelo seu volume, seja pela sua desqualificação profissional.

O aumento da dívida externa, que passou de três bilhões de dólares em 1963 para os atuais 120 bilhões de dólares — favorecida pela internacionalização da economia brasileira, determinou novo incentivo às culturas de exportação e para a produção de álcool combustível, como forma de aliviar a balança de pagamentos.

E a produção de alimentos, já preterida — tanto por falta de incentivos quanto por falta de poder aquisitivo da população — diminuiu de forma alarmante. Levantamentos recentes indicam que de 1965 a 1985, enquanto a população aumentava de 80,4 milhões para 135 milhões de ha-

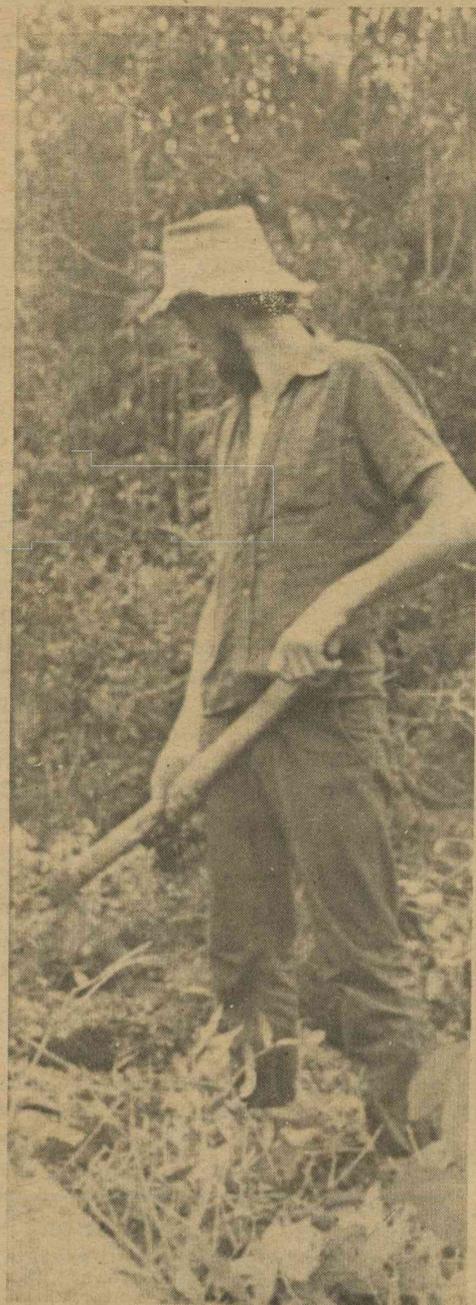
bitantes, registrando uma expansão de 68,5 por cento, a produção de alimentos básicos passou de 46,1 milhões de toneladas para 57,3 milhões, o que significa um aumento de 24 por cento. No mesmo período registrou-se uma queda de 26 por cento no total da produção *per capita* de arroz, feijão, batata, leite, ovos, trigo, mandioca e carnes bovina, suína e aves — descontadas as exportações.

Novamente, as crises agrária e agrícola ocorrem simultaneamente e, nesse quadro a reforma agrária volta para a cena. Para muitos, com as características semelhantes às do período pré-1964, ou seja, “desenvolver” a agricultura, garantindo melhores condições de vida e trabalho aos camponeses. Para outros como sinônimo de democracia, do exercício mínimo da cidadania e como o primeiro passo de uma luta contra o capital. Críticas ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) à parte, todos acreditaram em Sarney.

Mesmo depois das modificações obtidas pelos latifundiários, que determinaram a renúncia do presidente do INCRA, José Gomes da Silva, e transformaram o PNRA num plano sob a coordenação do Conselho de Segurança Nacional. Agora é o CSN que decide quais as áreas destinadas à desapropriação e impede a desapropriação dos latifúndios improdutivos (que poderão perder apenas suas “frações” improdutivas).

A superação da crise

Inclusive, sem o apoio no Congresso, onde somente 66 parlamentares são favoráveis — o levantamento é do próprio MIRAD —, a reforma “agrária” está com os dias contados. Reforma “agrícola” deverá ser seu novo nome. A manutenção das baixas taxas de inflação e o fim da correção monetária incentivará os investimentos agrícolas e a retomada do desenvolvimento capitalista no campo. Os primeiros sinais já foram emitidos. O



preço da terra praticamente dobrou, neste primeiro cinco meses do ano e as fábricas de máquinas agrícolas não conseguem atender os pedidos, tendo já esgotadas as vendas previstas para todo o ano. Além disso, as ações das empresas ligadas ao setor agropecuário estão atingindo boas cotações na Bolsa de Valores.

Tais indícios, de fácil interpretação, revelam que o campo, superada a crise dos anos 80, retoma a velha trilha: a modernização agrícola. Por esta trilha o governo quer levar o país ao estágio das economias capitalistas desenvolvidas, diminuindo a participação do setor agrícola no PIB e a força de trabalho ocupada na agricultura. E mantém a concentração fundiária, o êxodo rural, o inchaço nas cidades, o desemprego, a marginalização. Neste quadro, para a Nova República, falar em reforma agrária, transformou-se em um paradoxal e incômodo espantoso: atrai sobre si a um só tempo, a fúria do latifúndio e a rebeldia dos camponeses.

Proliferam assassinatos e também acampamentos

É o próprio Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD) que afirma: em 1985 foram assassinados 258 trabalhadores rurais. 320 morreram de forma violenta, se forem computados três suicídios ocorridos em regiões de conflito e 59 mortes de bóias-frias em acidentes rodoviários. Registraram-se conflitos em 258 locais, envolvendo terras públicas e indígenas. Neste ano, o número de mortes já atingiu no mínimo dez, incluído o assassinato do padre Jósimo Moraes, que foi o segundo padre morto em menos de um ano. Até agora, ninguém foi preso ou condenado. Os latifundiários têm o apoio dos governos estaduais, e até a Polícia Federal já admitiu que os crimes têm

a participação dos policiais estaduais. Há poucos dias, os governadores do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul foram convocados pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, para uma reunião onde seriam definidos planos de contenção à violência. Compareceram apenas dois deles.

Entretanto, em todo o país, proliferam os acampamentos dos sem-terra. No Rio Grande do Sul, duas mil famílias estão na Fazenda Annoni, em Sarandi, e de lá enviaram 120 trabalhadores a Porto Alegre, onde permaneceram nos jardins da sede regional do INCRA. Em São Paulo, 2.070 famílias estão à beira das estra-

das, principalmente no Oeste paulista. Em São Mateus, no Espírito Santo, 270 famílias aguardam o assentamento. No Paraná, 4 mil famílias esperam a terra prometida, distribuídas em 22 acampamentos. No município de Iturama, em Minas Gerais, 83 famílias estão acampadas desde agosto de 1985.

No estado de Sergipe, 245 famílias estão acampadas há sete meses, em Poço Redondo. 144 famílias de “Brasiguaios” estão há dez meses, aguardando assentamento no município de Sete Quedas, no Mato Grosso do Sul. Existem concentrações, ainda, em vários outros estados, conforme o levantamento realizado pelo Movimento dos Sem-Terra.

convenções:

OS CAMINHOS DO PT

O Partido dos Trabalhadores realizou recentemente seus Encontros Estaduais. Marcados pelo clima da campanha contra o PT e as organizações de esquerda, patrocinada pela grande imprensa e impulsionada a partir do episódio de Salvador, os Encontros definiram as chapas de candidatos e a intervenção no processo político e eleitoral de 86. Em São Paulo, as nominatas foram escolhidas de maneira quase que unitária. A chapa majoritária ficou com Eduardo Suplicy para governador, Paulo Azevedo para vice, Jacó Bittar e Hélio Bicudo para Senadores. No encerramento, ao discursar, Lula respondeu os ataques ao PT: "...frente a esta campanha de calúnias, vamos ficar dedando o PCBR ou vamos partir para a ofensiva?" Mais adiante afirmou: "Os editoriais da grande imprensa tem pintado o PT como a coisa mais asquerosa que existe. Eu sinto orgulho de ser asqueroso do ponto de vista da burguesia."

O Encontro Nacional que ocorrerá no final de maio, deverá aprofundar os debates iniciados nos estados. Além dos problemas de caráter geral, como o enfrentamento ao pacote econômico, o posicionamento na campanha eleitoral e no processo constituinte, tudo indica que terá peso decisivo a discussão sobre as relações internas no PT, em função da radicalização da polêmica a respeito dos filiados que militam em organizações de esquerda. Neste sentido, o Encontro de São Paulo serve como um importante termômetro. Não apenas porque quantitativamente envolve cerca de um terço do total de delegados ao Encontro Nacional, mas especialmente pelo peso político da seção paulista.

A COMPOSIÇÃO DAS EXECUTIVAS

O critério de composição das Comissões Executivas tornou-se a questão mais controvertida e delicada do Encontro paulista. Não é por acaso. Até hoje, na maioria dos estados e no plano nacional, vigora o critério de composição das executivas exclusivamente pela chapa majoritária; ou seja, as minorias são excluídas desta instância diretiva. Aí revela-se uma visão do PT. Basicamente três posições surgiram nos debates: 1) a manutenção do critério atual, isto é, executiva "pura"; 2) proporcionalidade entre as chapas que obtiverem um mínimo de 10% dos votos nos encontros; 3) participação de pelo menos um representante de cada chapa que obtiver 10%, ficando aprovado, ao mesmo tempo, o princípio da proporcionalidade, a vigorar após amplo debate no partido, e posterior regulamentação pelo Diretório Nacional. A primeira defendida pela "Articulação" (113). A segunda pela "Alternativa Operária e Popular". E a terceira, que surgiu na forma de uma emenda, foi proposta por uma parte da "Articulação".

O SIGNIFICADO DA EMENDA

No contexto concreto do PT, o direito a participação das chapas minoritárias nas Executivas, passou a ter uma dimensão política fundamental. Pois significa, o reconhecimento e legitimação destas chapas, rompendo com a idéia de que as chapas que contêm militantes de esquerda seriam uma espécie de corpo estranho no PT. A entrada na Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores de alguém identificado com as posições mais à esquerda seria um fato de

grande impacto político. Representaria uma resposta contundente às cobranças feitas pela burguesia de "expurgo" das esquerdas organizadas, e um antídoto ao sectarismo interno.

Foi, certamente, este o motivo principal que levou a chapa "Alternativa Operária e Popular", juntamente com outros delegados, a abrir mão da proporcionalidade-já para apoiar a emenda da participação-já. Por sua vez, os proponentes da emenda se dispuseram, perante a plenária, a retirar um trecho existente na formulação original da mesma que tinha um sentido preconceituoso em relação aos petistas que militam em organizações revolucionárias.

Assim, duas propostas foram para votação. A emenda venceu por ampla maioria. Se for aprovada no Encontro Nacional, representará um avanço para a unidade política do PT, e colocará o debate envolvendo as várias correntes de opinião no rumo certo; feito com radicalidade mas sempre julgamentos de sentido exclusivista.

UMA INCOERÊNCIA

Por outro lado, todavia, não faltaram manifestações de sectarismo. A mais grave teve caráter individual. Um defensor da exclusão das minorias das executivas não hesitou: de maneira clara disse que a "Articulação" já havia definido internamente posição contrária a qualquer participação das minorias nas executivas e que, por isto, não cabia aos que foram voto vencido dentro dela, reabrir a discussão em plenário. Foi além: as organizações de esquerda deveriam ser expulsas do PT. Sua falação não encontrou eco.

Entretanto, houve eco para outra proposição de conteúdo sectário. O

texto base apresentado pela "Articulação" continha uma passagem com uma série de opiniões negativas sobre as organizações de esquerda. Afir-mava, entre outras coisas, que "a existência de tendência com política e disciplina próprias transforma-se numa aberração dentro do partido. Uma emenda supressiva dessa passagem — apresentada pela "Alternativa Operária e Popular" — foi rejeitada pela plenária. Tal emenda, co-brava coerência do próprio texto base da "Articulação", pois o mesmo, anteriormente, diz que questões controvertidas, como a da existência de "tendências organizadas" dentro do PT, não podem ser resolvidas por votação e de modo administrativo. Demandam um prolongado debate. Em seguida, porém, sem maior acúmulo de discussão, vota-se e aprova-se um pré-julgamento negativo.

O DESAFIO DO PT

O PT vê-se hoje cercado pelas classes dominantes. A transição objetiva isolá-lo no panorama político. Buscar uma unidade política capaz de responder a burguesia, sem prejuízo de um adequado tratamento as divergências, é talvez seu principal desafio.

O Encontro de São Paulo revelou a existência de uma tensão não resolvida no interior do bloco majoritário. Na questão de maior incidência prática, a composição das executivas, prevaleceu uma postura de sentido não excludente. Mas ao nível da formulação discursiva e doutrinária, predominou um posicionamento direcionado no rumo da discriminação dos filiados que militam em organizações de esquerda. São duas inflexões opostas. Qual prevalecerá?

Emendas sobre a Comissão Executiva

A emenda aprovada

a) O PT é um Partido de massas, democrático e socialista.

Não é, portanto, uma frente de organizações, de tendências, nem uma frente institucional de massas;

b) Como Partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à manifestações e representações nas instâncias do Partido;

c) Coerente com este princípio, o PT defende a participação das minorias em todas as instâncias dirigentes, inclusive nas Comissões Executivas dos Diretórios. Esta participação deve ser assegurada pela chapa majoritária a todas as chapas que obtiverem pelo menos 10% dos votos nos Encontros;

d) O PT entende que estas regras devem valer para todos os companheiros que, abraçando o programa do Partido, acatam sua democracia, e disciplina interna. Somos contra, portanto, as posições dos companheiros que pretendam usar a estrutura do PT, de seus núcleos e diretórios, para tentar viabilizar outros projetos ou organizações partidárias; (o trecho em negrito foi retirado na formulação final da emenda).

e) Nesse sentido, propomos que o Diretório Nacional, por delegação do Encontro Na-

cional, promova uma ampla discussão política no Partido, para que, ao final desse processo, o PT possa regulamentar o direito de tendência e de participação proporcional nas Comissões Executivas dos Diretórios em todos os níveis.

A proposta da "Alternativa Operária e Popular"

Os cargos em diretórios e executivas devem ser preenchidos por integrantes das chapas que alcançarem 10% dos votos no respectivo encontro, obedecendo ao critério da proporcionalidade. Em casos excepcionais — de condutas politicamente injustificáveis que exponham o partido a ataques da burguesia e da repressão — haverá direito de veto aplicado pelo Encontro.

A proposta original da "Articulação"

Cabe à chapa majoritária o direito de eleger a Comissão Executiva do respectivo diretório, não havendo obrigatoriedade de observar, na composição da Executiva, a mesma proporção obtida na votação para a formação do respectivo Diretório.

Sobre as tendências organizadas! Posição aprovada

Sobre as "tendências organizadas", um paradoxo: admitem que a questão demanda todo um debate e não pode ser decidida por votação, mas votam uma posição sem nenhum acúmulo de discussão no PT.

Questões muito controvertidas, como a da existência de tendências organizadas dentro do PT, do cumprimento estrito das decisões democraticamente adotadas pelo partido, das relações entre operários e intelectuais, e a questão do socialismo, entre outras, não podem ser decididas por votação ou através de recursos administrativos. Elas demandam um persistente e prolongado debate, da forma mais organizada e democrática possível, para evitar divisões maiores. (...)

O caráter do partido, como partido aberto, de massas, democrático e socialista, pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião dentro do partido. (...)

O problema porém não reside aí. Reside em que coabitam dentro do partido

diferentes correntes ou tendências organizadas que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. (...)

(...) Esse método de ação das tendências prejudica a construção do PT como partido. Na medida em que este avança para constituir-se cada vez mais como um verdadeiro partido de classe, embora mantendo seu caráter aberto, de massa e democrático, a existência de tendências com política e disciplina próprias transforma-se numa aberração dentro do partido, que tende a criar obstáculos à sua construção.

Duas convenções do PT

O PT DO RIO COM GABEIRA E NUMA ENCRUZILHADA

Fernando Gabeira é o candidato do PT ao governo do Rio de Janeiro. Militante da guerrilha urbana no final da década de 60, participou do seqüestro do embaixador americano. Preso pelos órgãos de repressão, foi libertado numa troca da guerrilha com o governo brasileiro. Junto com outros ativistas de esquerda rumou para o exílio.

Ao retomar do exílio torna-se rapidamente conhecido por suas controversas opiniões. Em seu livro "O que é isto companheiro?" faz uma revisão crítica da guerrilha urbana e passa a se opor a militância organizada e revolucionária. Possivelmente influenciado pelos tempos que viveu na Europa, Gabeira fundamenta seu discurso e sua ação nas questões das minorias e nos chamados temas tabus, apresentando como solução uma perspectiva de caráter nitidamente individualista. Mais recentemente começou a dedicar especial atenção ao problema ecológico; daí sua tentativa de, junto com outros intelectuais e artistas, legalizar o Partido Verde.

Gabeira não compõe exatamente o perfil de uma candidatura do PT. Além de sua trajetória, até recentemente colaborou com o governo da Nova República e nas eleições municipais de 85 apoiou Fernando Henrique em São Paulo, posteriormente se autocriticou. Aliás, Gabeira e seus companheiros não escondem que

os "Verdes" entraram como um partido dentro do PT.

Por tudo isto, seu nome foi combatido por um significativo número de militantes do PT-RJ. Estes, defendiam que o PT lançasse uma candidatura própria, com uma posição clara, à esquerda da Nova República. Sem dúvida, se tratava de uma proposta correta. Mas a inexistência de um nome alternativo acabou prejudicando tudo. A hipótese que setores aventavam, de uma coligação com o PCB em torno de Ivan Pinheiro, tomaria a emenda pior que o soneto. Ivan não traz ambigüidades: é resoluto em seu apoio a Sarney.

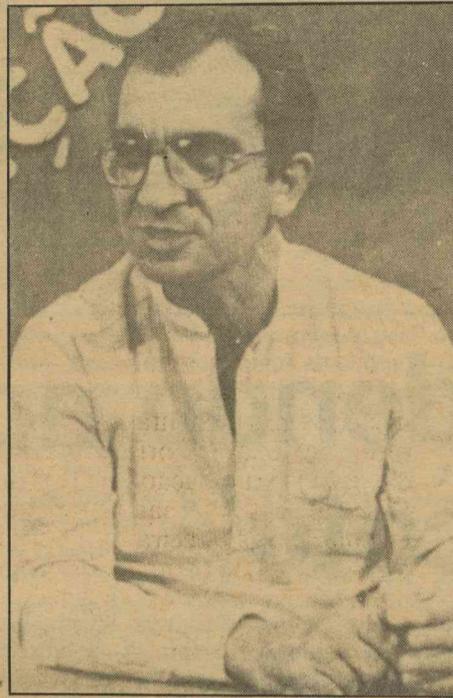
O PT do Rio está numa encruzilhada: precisa recuperar-se da derrota nas eleições passadas e construir uma base de massas politizada, com uma candidatura que não é apropriada para tal tarefa. O fato de Gabeira ter se comprometido com um programa de sentido oposicionista em relação a Nova República e ao populismo de Brizola foi positivo, mas não equaciona o problema. A composição da chapa majoritária, se bem resolvida, poderá contribuir. Mas, tendo presente as limitações, será o arrojo e a combatividade dos ativistas do Rio de Janeiro a chave para fazer a luta avançar.

O PT DO E.S. COM VILASCHI E EM OUTRA ENCRUZILHADA

O candidato do PT ao governo do Espírito Santo chama-se Arlindo Vilaschi, é economista e tem 38 anos. Entrou para o

PT no final do ano passado e foi um dos principais assessores do candidato Vitor Buaziz.

Discreto, Vilaschi era um desconhecido para a maioria dos filiados do PT. A repercussão nacional da sua escolha só ocorreu depois que foi descoberta sua efetiva participação nos governos militares na década de 70. Pode-se dizer, sem medo de errar, que Arlindo foi um tecnocrata do ditadura militar. Condição que ele justifica com o argumento da competên-



cia, negando afinidades políticas com o regime anterior.

Vilaschi foi diretor da antiga Fundação Jones Santos Neves, cargo que lhe foi confiado por Elcio Alvares, governador do estado escolhido pelo general Médici.

Posteriormente, Eurico Rezende — personagem destacada da ditadura, escolheu-o como secretário do planejamento, um cargo por demais importante.

Após sair da equipe de Eurico Rezende, Vilaschi foi diretor da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, ainda no governo Figueiredo. Mais recentemente, foi presidente da Fundação Jônice Tristão. Tristão é um dos maiores exportadores de café do país e um especulador ambicioso e bem sucedido no mercado de capitais. É, também, candidato ao senado pelo PFL. É óbvio que, Vilaschi, não exerceu estas funções por ser um profissional competente, mas um profissional de confiança.

Não consta na folha de Arlindo Vilaschi nenhum serviço prestado ao movimento popular, e isto vem sendo devidamente explorado pelos demais partidos. Entre os petistas é real o desânimo pela campanha eleitoral.

Mas por que ele? Porque na campanha eleitoral de 85, a direção estadual, do PT vinha adotando a política de "abrir" o partido. Tanto assim, que notórios membros do PFL local ocuparam posições de destaque nos palanques e na televisão. O argumento era de que o PT precisava de uma "nova" imagem. Agora, o grupo hegemônico defendeu a candidatura de alguém que tivesse condições de "passar essa nova mensagem do PT". Esse novo mensageiro chama-se Arlindo Vilaschi.

fazendo

AMANHÃ

Assine:

Desejo receber uma Assinatura do Jornal Fazendo o Amanhã. Para tanto estou enviando pelo Correio juntamente com este cupom um CHEQUE NOMINAL ou VALE POSTAL para a Agência Bela Vista em nome da Editora Outubro Ltda. Rua Santo Antônio, 446 — Conj. 91 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP: 01314 — Tel. 324685, segundo a seguinte opção:

- Anual (12 números) 60.000
- Anual Especial de Apoio 1... 200.000
- Semestral (06 números) 30.000
- Anual Especial de Apoio 2... 100.000

A PARTIR DO NÚMERO

Nome:
 Endereço: Bairro:
 Cidade: Estado:
 CEP: Tel.: Profissão:





Respondendo ao "pacote"

Se o "pacote" da Nova República, ao congelar os salários, pretendia também congelar as greves e mobilizações dos trabalhadores — e ele tinha esta pretensão — acabou dando com os burros n'água, quase carregando junto, empoleirados em tão constrangedoras montarias, os inteligentes cavaleiros do Plano Cruzado.

Em cinco semanas, do início de abril aos primeiros dias de maio, mais de 400 mil grevistas travaram sua primeira escaramuça com a Nova República, depois do "choque heterodoxo". E, se ainda é cedo para contabilizar perdas e ganhos, um coisa, pelo menos, é certa: parte considerável da euforia do governo Sarney evaporou-se. Irritado, o Presidente não foi nem um pouco original: denunciou as greves como uma sabotagem ao Plano Cruzado. Nova República, velhas afirmações. Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia, preferiu defini-las como "impatrióticas". E, Almir Pazzianotto, Ministro do Trabalho, disse que tudo não passava de "uma camada aparente de greves". As aparências, mais uma vez, enganavam. O número de grevistas só ficou atrás dos 567 mil que também paralisaram suas atividades, no mesmo período, em 1985. Foi quase cinco vezes superior aos de 1983 (92 mil), envolvendo ainda 160 mil pessoas a mais do que em 1984 (262 mil). E, então, não havia projeto de estabilização econômica. Tudo indica que as esperanças de "calmaria", alimentadas pela Nova República, não prometem ser tão calmas assim.

O início em Franca

Tudo começou com os sapateiros de Franca, em São Paulo. Depois foram os professores e funcionários de dezenove universidades que resolveram não assinar o ponto exigindo equiparação salarial com colegas de outras instituições. Aos 35 mil professores e 70 mil funcionários juntaram-se 60 mil metalúrgicos de Porto Alegre e Canoas no Rio Grande do Sul, os portuários e ferroviários do Rio de Janeiro, os motoristas de ônibus e cobradores de Curitiba, os trabalhadores na indústria

farmacêutica Fontoura Wyeth, em São Bernardo do Campo, os metalúrgicos de Fortaleza no Ceará, terminando com os mineiros, ceramistas, vigilantes, rodoviários, empregados em indústrias de vestuário, em Criciúma (SC), somando, apenas nesta cidade, 35 mil grevistas.

A maioria das reivindicações era por melhorias salariais. Outras, entretanto, resumiam-se quase que a exigir dos patrões o cumprimento dos compromissos assumidos. Foi o caso, por exemplo, dos metalúrgicos de Fortaleza que reivindicavam o cumprimento do acordo coletivo firmado no ano passado e que, até agora, estava passando em brancas nuvens, no que diz respeito às obrigações patronais. Foi a primeira greve desde 1979 e algumas conquistas dos trabalhadores dão uma idéia de como andam as coisas na terra dos coronéis. Ao final de 9 dias de paralisação os operários fizeram o cômputo do que haviam ganhado: melhoria nas condições de alimentação, pagamento da hora extra em dobro, fardamento e proteção individual cedidos pela empresa e (pasmem) . . . folga aos domingos. Além disto, foram estabelecidas comissões paritárias entre patrões e empregados a fim de fiscalizar o cumprimento destas cláusulas.

Juntamente com estas conquistas a paralisação em Fortaleza serviu para revelar e afirmar uma jovem geração de lideranças: o próprio presidente do sindicato, José Eudásio, os metalúrgicos, Antonio Ortins, José Mateus de Souza, entre outros.

O delegado sindical

No outro extremo, em Canoas no Rio Grande do Sul, a greve dos 15 mil metalúrgicos, não chegou propriamente a revelar novos líderes. Afinal, Paulo Renato Paim, Secretário Geral da executiva nacional da CUT, é desde alguns anos um reconhecido líder sindical da região.

Talvez, por isto mesmo, os patrões tentaram uma nova tática a fim de enfrentar o movimento. Levaram a greve a julgamento no Tribunal Regional do Trabalho, pressionando para que fosse decretada sua

ilegalidade. O tiro saiu pela culatra. O Tribunal não apenas admitiu a legalidade do movimento, como também sancionou uma das mais importantes reivindicações dos metalúrgicos: delegados sindicais por empresa. Isto significa que, a categoria pode escolher, de imediato, mais de 300 delegados. Não por acaso, na avaliação de Paim, este foi o resultado mais significativo da paralisação.

Atropelando os pelegos

Em Porto Alegre, uma semana depois de comemorarem os cem anos do 1º de maio, os metalúrgicos eram obrigados, praticamente, a empurrar a diretoria do sindicato para a greve. E o "corpo mole" da direção, que, só no último minuto, quando percebeu que poderia ser atropelada pela base, resolveu assumir a paralisação, terminou por influir nos resultados obtidos. Na segunda paralisação em 20 anos, a primeira foi em 1983, os princi-

pais avanços ficam por conta do ânimo dos trabalhadores contra a política de arrocho, demonstrando que o "pacote" não empacotou o seu espírito de luta, e, no fato, de que fábricas importantes, até então avessas aos movimentos grevistas, como a Taurus e a Zivi-Hércules, tenham aderido desde o início. Além disto, algumas fábricas pararam "espontaneamente", fruto da própria organização dos operários.

De resto, durante toda a semana que durou a paralisação, os trabalhadores tiveram que enfrentar os patrões, e, de certa forma, a diretoria do sindicato. Ligada à CGT e comprometida com a política da Nova República, a diretoria durante todo o processo buscou excluir os líderes sindicais ligados à CUT da organização e participação dos piquetes e assembléias. Não conseguiu. A direção do sindicato, por sua vez, não se firmou como uma referência para o conjunto da categoria. E isto ficou nítido em uma das assembléias: a diretoria propôs, enfática, a suspensão da greve e os trabalhadores derrotaram a proposta. A partir daí só restou aos pelegos manobrar. Ora afirmavam que todo o problema eram os patrões, "pois o governo mudou e os ministros estão conosco", descartando a possibilidade de decretação da ilegalidade da greve; ora, a fim de forçarem os operários a aceitarem o acordo, ameaçavam com "possibilidades muito concretas de ser decretada a ilegalidade do movimento".

"Neste clima, conclui, Jurandir Damin, vice-presidente da CUT metropolitana, os saldos são positivos. Até mesmo porque a Central Única saiu fortalecida".

Aliás, esta conclusão parece ser uma das poucas unanimidades entre patrões e operários ao avaliarem o ciclo grevista. E, se para os primeiros, isto é motivo de preocupadas acusações, para os segundos, é causa de animadas satisfações. De todo o modo, o fato é que a CUT esteve à frente do grosso de todo o processo grevista. Desde o início, com os sapateiros em Franca (SP), até os 20 mil ferroviários da Central do Brasil no Rio de Janeiro, sem esquecer os motoristas de ônibus e cobradores de Curitiba ou os mineiros em Criciúma (SC), foi sempre a CUT quem "puxou" e organizou as paralisações. Neste sentido, não erram os patrões ao acusá-la. Tampouco se enganam os operários ao perceberem, cada vez com mais nitidez, a sua diferença da CGT e a encará-la com aberta simpatia.

"Obrigado Sarney"

Atingidos em cheio pelo "pacote econômico", os bancários ainda lutam para vencer a perplexidade. Enfrentando mais de mil demissões por dia e uma perda de 41 por cento em seus reajustes salariais, os 700 mil empregados de bancos no país ainda não conseguiram responder efetivamente as medidas governamentais.

A partir da segunda quinzena de março as demissões começaram a ganhar intensidade. Em relação ao mês anterior cresceram 96,5 por cento e as constantes declarações de boa vontade feitas pelos empresários no sentido de reabsorver a mão-de-obra dispensada, até agora, não passaram de declarações.

"A idéia está em curso", afirmou, mais uma vez, Roberto Della Manna, diretor do Departamento de Cooperação Sindical da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Alegou, ainda, que nesta fase inicial estão sendo realizados levantamentos sobre as necessidades dos empresários e o perfil dos trabalhadores dispensados. E assim a coisa vai: de estudo em estudo, de levantamento em levanta-

tamento, por parte dos patrões. De parte dos bancários: de demissão em demissão.

Desde a decretação do "pacote" elas somam já 25 mil. As decisões tomadas pela categoria buscando reverter a situação, até o momento, não surtiram nenhum efeito. Desmobilizados para tentar uma greve geral, os bancários, tentam responder, realizando paralisações por agências: "as greves-pipocas". Tampouco elas têm surtido efeito.

O golpe na categoria ainda fica mais nítido quando percebe-se que, segundo dados do Ministério do Trabalho, no ano passado foram admitidos 55 mil funcionários.

Enquanto as dificuldades para organizar a categoria não são vencidas e as demissões se avolumam, os bancários decidiram denunciar o pacote de uma forma original: em um imenso out-door, anunciaram as 25 mil demissões ocorridas em um mês. Abaixo dos números, ironicamente, acrescentaram um agradecimento ao presidente Sarney.

Primeiro Ensaio

Em 1987 ocorrerão eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O debate que já estava aceso, aqueceu-se ainda mais com a oficialização de um "racha" na diretoria. De um lado, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, e seus aliados mais fiéis. Do outro, um grupo dissidente composto pelo vice-presi-

litar. Enquanto os trabalhadores mais combativos eram massacrados pela repressão ele fazia sua carreira. Sua fidelidade para com os interesses da burguesia tornou-o conhecido no Brasil inteiro, e seu nome passou a ser associado de maneira indissolúvel a palavra pelego. O avanço das lutas operárias começou a tornar sua

vida difícil. A cada greve sua força se reduzia. O esforço dos capitalistas já não bastava. Com habilidade e matreirice passou a cooptar setores que lhe faziam oposição. Primeiro vieram o PCB e o MR-B. Depois o PCdoB, que anteriormente o acusava de agente do imperialismo e dos patrões. Mesmo assim, em 81 e 84, Joaquinzão, perdeu as eleições nas fábricas e só levou com o voto massivo dos aposentados. De lá para cá a sua situação na categoria piorou. Em cada assembleia, o recém eleito presidente da CGT, leva vaias prolongadas e vigorosas. Já não é um bom negócio ficar ao lado deste cidadão.

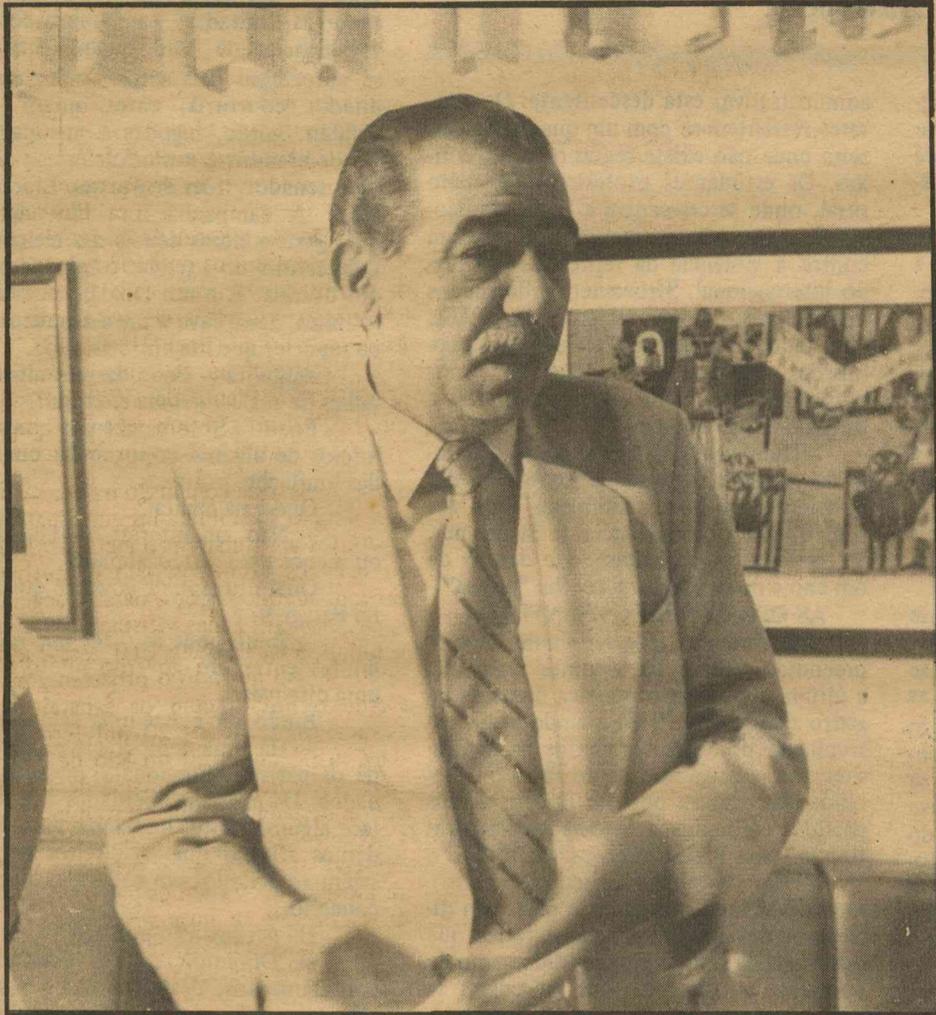
Tudo indica, que o atual "racha" tem algo a ver com isto. A disputa interna por cargos coloca a gota d'água que faltava. Luis Antonio, nunca escondeu seus sonhos presidenciais. Mas num momento de grandes dificuldades, talvez, o importante seja mesmo assegurar um lugar ao sol. Aliás, sua recente filiação ao PTB de Janio Quadros, e do "trabalhista" Antonio Ermírio, é suficiente para evidenciar o quanto são "profundas" sua divergências com Joaquinzão. Além do mais, os dois são dirigentes da "combativa" CGT. Todavia, seria prematuro e equivocado afirmar que o grupo dissidente é homogêneo e globalmente situado no mesmo campo do oportunismo de Luis Antonio. Os sindicalistas do PDT tem de fato diferenças em relação ao Joaquim. Porém, suas definições estão longe de materializar um rompimento radical com tudo o que a atual diretoria representa. A nota que subscrevem, por exemplo, não se posiciona acerca da CUT e da CGT e dos grandes problemas em discussão no movimento sindical. E passa ao largo da própria disputa na categoria envolvendo a oposição.

No caminho da luta e do enfrentamento será preciso posicionar-se claramente, e será positivo que avancem. A propósito

ainda do "racha", o PCdoB, que se auto-define como o "verdadeiro" partido proletário, cerrou fileiras com Joaquinzão.

A disputa no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na qual o "racha" é apenas uma parte, tem uma importante característica: ali derrotar o pelego é fundamental, mas não basta. Neste que é o principal sindicato da América Latina está posta a possibilidade concreta de constituição de um pólo dinâmico, combativo, politizado, capaz de propiciar um salto de qualidade no sindicalismo brasileiro. O Movimento de Oposição Metalúrgica que se articulou no confronto com os patrões, com a ditadura militar e hoje com a Nova República, aglutina centenas de ativistas e a cada dia eleva sua presença nas fábricas.

Na campanha salarial unificada do ano passado, quando várias categorias entraram em greve, sua ação foi decisiva para garantir uma forte presença dos metalúrgicos da capital. Atualmente é lícito dizer que o MOMSP é objetivamente uma direção alternativa na categoria. E esta é uma das divergências com setores do PT. Mas estas críticas de paralelismo são, para dizer o menos, formalistas. Pelo que se sabe não existe a proposta de construir outro sindicato. O que há é uma atividade permanente de organização nas fábricas, de fortalecimento da CUT de luta contra a exploração. Erros e limitações há, obviamente, e são sérios. Mas se trata de debater os em profundidade. Pois o sentido geral desta política tem elevado o nível de consciência dos trabalhadores e sua capacidade de travar a luta contra os inimigos de classe. Derrotar Joaquim e o peleguismo é um anseio dos metalúrgicos de São Paulo. Mas bastaria uma meia sola? A opção está colocada e ela vem se concretizando com a construção de uma alternativa que expressa o que existe de mais avançado no movimento sindical.



Arivaldo Chaves ZH

dente, Luis Antonio Medeiros e mais sete diretores, alguns deles ligados ao PDT. Retaliações de parte à parte. Uma nota assinada pelos dissidentes insinua a existência de corrupção e acusa Joaquim de compactuar com os patrões. Não se trata propriamente de novidades. De qualquer modo a resposta dos acusados foi imediata e contundente. O título do boletim do sindicato que trata do assunto diz: "Diretoria Desbarata Assalto ao Sindicato"; e denuncia um complô para tirar Joaquim da presidência. Espera-se novos "capítulos" desta "guerra" para breve. Mas a repercussão já está sendo intensa.

Entre os setores que fazem oposição duas posturas se delineiam, refletindo outras diferenças no trabalho sindical.

O Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo (MOMSP) coloca como tarefa central o fortalecimento da atividade nas fábricas e condiciona as alianças a unidade na luta, ao compromisso com a construção da CUT e a definição de posições com um claro conteúdo de classe. Setores do PT, incluindo militantes da Convergência Socialista, inflexionam nitidamente para atrair o "racha" para a oposição, visando uma composição para derrotar Joaquim.

Joaquim dos Santos Andrade assumiu a presidência do sindicato nos primeiros anos de existência do regime mi-

Carlucio Castanha é membro da executiva da CUT regional de São Paulo e um dos coordenadores do Movimento de Oposição dos Metalúrgicos. Abaixo algumas das suas opiniões sobre o "racha" e sobre a relação da oposição com a categoria e a diretoria do sindicato.

"Colocar em primeiro plano a discussão desse "racha" é desviar do campo da luta o movimento, porque o que está de fato em questão é a necessidade de mobilizar a categoria contra o pacote, pela reposição dos salários e pelas outras bandeiras dos trabalhadores — é aí que nós vamos ver quem é a direção real da categoria". Carlucio acrescenta que ainda não se caracterizou um "racha" com a política de conciliação da diretoria, mas sim divergências quanto a aspectos específicos da direção da entidade, particularmente na disputa desta direção. "Que eles venham à CUT, se alinhem com nossa tática de ação, rompendo de fato com a política de conciliação", condiciona Carlucio.

Acerca da relação com a categoria

Fala a oposição

e a diretoria, ele começa afirmando: "nosso objetivo, a exemplo do que aconteceu na campanha salarial unificada, é levar a luta pelas reivindicações diretamente à categoria, organizando-a mesmo que a diretoria não se coloque favoravelmente, pois assim a própria base puxará a direção formal do sindicato para a luta". Ele defende a idéia de que a pressão sobre a diretoria deve ser feita através da mobilização, e não por acordos de cúpula que normalmente são traídos pelos pelegos. "O que nós precisamos é criar uma base substancial de massa que consolide uma direção alternativa, que vai desde as comissões de fábrica até a coordenação da oposição". A constituição de uma direção alternativa está na base da concepção que fundamenta a prática da oposição metalúrgica, e que, sob a bandeira da CUT imponha-se perante os patrões. Dentro dela, a conquista do sindicato é o resultado da organização da categoria em uma oposição conseqüente e não uma simples articulação na época das eleições.

Carlucio conclui dizendo que "o sindicato hoje é a bastilha da burguesia na

categoria. E o que alguns setores propõem como tática de enfrentamento à direção do sindicato guarda semelhanças com a transição burguesa — buscar uma mudança "pacífica" na diretoria fazendo com que a oposição deixe de lado seu corte classista". "O problema da categoria não é só Joaquim, mas toda política de conciliação de classe seguida pela atual direção do Sindicato dos Metalúrgicos".

Jorge Luis Oliveira, coordenador da CUT da Zona Sul e membro do MOMSP, reforça estas idéias e destaca outros aspectos. Para ele "há companheiros que defendem a legalidade sindical, que a oposição deve ser circunstancial e a diretoria respeitada como tal — nossa opinião é outra; achamos que Joaquinzão e sua diretoria não representam legitimamente a categoria e lutamos por uma direção alternativa. Outro coordenador da oposição metalúrgica, José Claudio di Paula, completa: "Acredito que há uma tentativa, mesmo de setores do PT, de colocar uma diretoria 'civilizada' que sirva de 'interlocutora' para a burguesia".

O agosto do "patriarca"?

Qual é o estado de espírito de um povo que há trinta e dois anos vive sob estado de sítio? De perfeita paz, responderia Alfredo Stroessner, 74 anos, ditador sobrevivente de uma estirpe de carrascos ditadores que o próprio EUA quer se ver livre o quanto antes.

A paz não está nas ruas de Assunção, capital do Paraguai, que se transformaram este ano em campos de batalha entre policiais e manifestantes. São manifestantes pró e anti-Stroessner, que se digladiam em universidades, hospitais e praças. No último Dia do Trabalhador, mais de cem pessoas ficaram feridas nos confrontos com policiais, estes usando cassetetes elétricos e bombas de gás. Durante os últimos dois meses, comícios, encontro de estudantes de Direito e um seminário de jornalistas foram dissolvidos com violência. No saldo dos feridos e presos, um estudante de Direito, Rodolfo Gonzales, foi encontrado morto com ferimento de bala, além de apresentar no corpo marcas de tortura.

Um quadro novo no Paraguai, país completamente esquecido, lançado à sua própria sorte. Numa soma elementar no calendário político, constata-se: 72 anos de estado de sítio. Tempo suficiente para que a direita eliminasse gerações de líderes políticos e populares, particularmente, nas últimas três décadas, de todos os opositores consequentes ao governo de Stroessner. O ditador, munido de um pequeno feixe de leis arbitrárias, mas de um grande e bem equipado exército transforma a vida de políticos, camponeses e trabalhadores que esboçam resistência aos arbítrios em matéria-prima orgânica para o solo paraguaio, já por si mesmo muito adubo de sangue desde a Guerra do Paraguai.

O expatriamento e o degredo, ou o asilo em outros países por ausência absoluta de meios de sobrevivência no país, são as formas alternativas usadas pela ditadura. De uma população de três milhões e meio de habitantes, um milhão e meio abandonaram o Paraguai nas últimas décadas. E, para essa nação guarani, os roman-

Os otimistas dizem que Stroessner só permanecerá no poder até agosto. Os pessimistas dão-lhe ainda um ano e meio. Os Estados Unidos e a Igreja interessam-se cada vez mais pela sua substituição.

cistas do realismo fantástico latino-americano têm os olhos permanentemente voltados: nela a realidade está sempre prestes a superar a fértil imaginação artística.

Da pomposidade de um nome como "La Honorable Cámara de Diputados" a passoca de milho e carne de cavalo servidas nos cárceres, não há muitos conceitos a percorrer. As coisas são simples no Paraguai de Stroessner, pois é o país essencialmente agrícola exportador, sem indústrias ou qualquer investimento em áreas tecnológicas. Nele, tudo o que se consome é importado, desde o óleo de soja cujo grão produzem com abundância. Eles são exportados para o Brasil para serem convertidos em azeite, e retornam em forma de enlatados ao país.

O que está à luz, o que é visível, se chama Stroessner ou fala em seu nome. Sob a luz e sob Stroessner, o Paraguai se solta na corrupção e no contrabando, as quadrilhas se chamam Stroessner ou em seu nome agem. Esse pequeno país ostenta na imprensa internacional, quando se dignam a dedicar espaço para falar sobre a ditadura, os títulos de "Império do Contrabando" e "Hong Kong" latino-americana. Mas nada parece ferir o hábito e os métodos de trabalho do velho ditador, que raramente é visto e mais raramente ainda concede entrevistas.

No império do contrabando, a Coreia do Sul e o Japão têm seus melhores armazéns. O país também armazena, acondiciona e abriga os terroristas de direita da Europa e deu guarida a célebres matadores nazistas. Agora, desguarnecido com a queda das ditaduras ao seu redor, o país esboça os primeiros sintomas de contrabando ou a corrupção da máquina

administrativa, está descontente. Os militares ressentem-se com um quadro de carreira onde não existe regras ou normas fixas. Os estudantes protestam. No meio rural, onde se concentra a força da mão-de-obra do país, os camponeses resistem contra a violência da repressão. No plano internacional, Stroessner perde aliados importantes, principalmente os EUA. Forçando a derrubada da ditadura, comissões de direitos humanos de vários países investem cada vez mais contra a brutalidade do regime.

Tudo parece estar ainda sob controle da monolítica força de repressão. Mas políticos opositores otimistas dão até agosto para a permanência de Stroessner. Os pessimistas acreditam que dentro de um ano e meio o general recebe "adysos".

AS OPOSIÇÕES CONSENTIDAS

O Paraguai deve ser também compreendida dentro da seguinte realidade: a última contradição política digna de registro deu-se em 1959, e ainda assim patrocinada por correligionários de Stroessner, numa briga interna do Partido Colorado, que acabou por dar origem a dois partidos colorados: a Associação Nacional Republicana Partido Colorado (ANR) e o Movimento Popular Colorado (Mopoto), este ainda hoje ensaiando o passo em direção a um programa e uma tática que possa ser, de fato, compreendida como de oposição ao ditador. Mas o general se refere ao fato ocorrido há vinte anos e segue anos como se ele tivesse ocorrido ontem ou, o que é pior, estivesse ainda para ocorrer nos mesmos moldes e exatos moldes, dentro de uma mesma e paralisada realidade.

Na ainda semicerrada visão das oposições consentidas paraguaias, tudo o que

se anuncia serve sempre aos interesses de Stroessner, daí o consentimento para que algumas correntes de pensamento político se organizem. Para compreender isto é necessário reproduzir entrevistas dadas durante as "agitadas" campanhas eleitorais presidenciais de 1983, quando Stroessner se autoelegeu pela sétima vez. Contra o ditador concorria, entre outros, Enzo Doldán, gordo, bigodes à mexicana, de gestos brandos e estilo folclórico, advogado e senador, líder do Partido Liberal Radical. A campanha fora tão "agitada" que, poucas horas depois das eleições, na sede central do partido, o zelador do prédio dormia. E Enzo Doldán, acordado e solitário, aguardava a presença de um único repórter que iria entrevistá-lo:

Pergunta — Pode dar-nos alguns detalhes de sua campanha eleitoral?

Enzo — Só organizamos quatro comícios de alguma importância por causa das limitações políticas.

Onde, na capital?

— Não, no interior, visitamos mais ou menos umas 50 localidades.

Qual é o tipo de governo que existe no Paraguai?

— Bom, pode se dizer que está nos limites entre um governo muito forte e uma ditadura.

Então não existe uma democracia?

— Há uma democracia relativa, onde os partidos funcionam, mas condicionados. Há algumas liberdades e se respeitam alguns direitos humanos, mas não podemos afirmar que os direitos humanos sejam respeitados em toda a extensão do conceito.

Há perseguição política?

— Diminuiu muito. Contudo há confinamentos, desterros e algumas prisões, para não perder o hábito (solta uma gargalhada).

A exemplo do senhor Enzo, o doutor Fulvio Hugo Celauro, candidato à presidência pelo Partido Liberal, estava na sede de seu partido acompanhado apenas de um livro, que o repórter insiste que Fulvio Hugo fingia ler. No jardim da casa, muitas galinhas piscavam o pátio:

Por que foi que o senhor se candidatou?

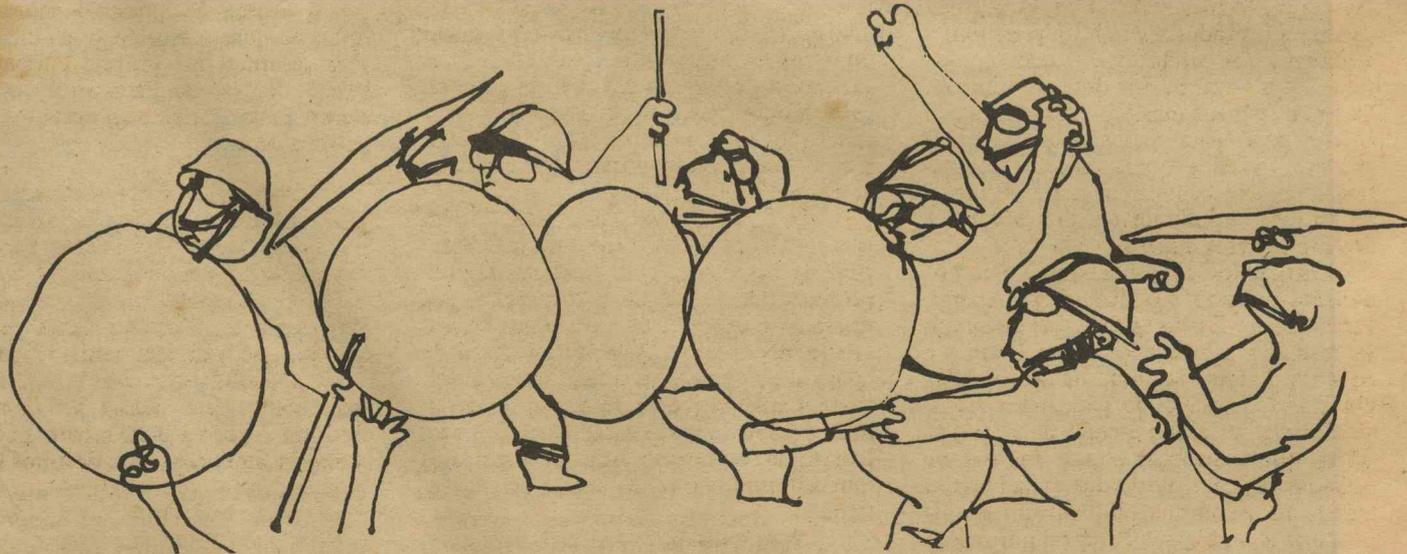
Fulvio Hugo — Eu acho que isso é uma democracia, de acordo com o conceito do governo.

E de acordo com seu conceito?

— Para os comunistas, a democracia popular é uma democracia. Nós pensamos de outra maneira. Se temos uma democracia, embora incipiente, e se tomarmos conta dela, teremos algum dia uma democracia liberal.

Segundo seu critério, o que é o Paraguai hoje?

— Uma democracia, tal qual é entendida pelo governo. Uma democracia — repete — com uma atenção especial à ordem, em relação à qual existe um paternalismo exagerado. Não há controle da administração pública e se exige filiação partidária, tanto no exército como para exercer qualquer função pública. A liberdade se dá na imprensa independente, nas atividades individuais, que são sempre corajosas, e no fato de que cada um faz o que quiser, sempre que não atingir o governo.





Paulo Dias ZH

Com opositores do tipo Enzo Dolán, do PLR, ou Fulvio Hugo Celauro, do PL, Stroessner cruza sorrindo agosto e só será deposto pela morte. A "democracia relativa" paraguaia foi responsável, após a morte do ditador Anastácio Somoza em Assunção, pela violação dos direitos humanos em mais de cem cidadãos nos dias subsequentes ao justicamento de Tachito. No Paraguai estão proibidas reuniões políticas. Há mais de mil presos aguardando interrogatório, muitos deles condenados sem sequer serem ouvidos.

Certamente, após 1983 os partidos evoluíram em suas análises sobre a realidade de seu país. Os partidos de oposição consentidos são: Movimento Popular Colorado (Mopoco), Partido Liberal Autêntico (PLA), Partido Revolucionário Febrista (PFR) e Partido Democrata Cristiano (PDC), que se uniram numa frente denominada Acordo Nacional. Com a frente eles procuram abrir espaços contra o ditador, unificando suas lutas em três bandeiras: fim do estado de sítio, anistia para todos os exilados e liberdade de imprensa.

A IGREJA E OS EUA

O fantástico Paraguai de Stroessner, das bugigangas tecnológicas japonesas, conseguiu mais uma vez transcender os limites da previsão política. As duas referências legais da oposição a Stroessner, que militam incessantemente pela derrubada do regime, não poderiam ser mais antagônicas em se tratando de América Latina: a Igreja e a embaixada norte-americana no Paraguai. O bispo auxiliar em Assunção, monsenhor Jorge Livieres Banks foi articulador do Acordo Nacional. O embaixador Clyde Taylor abriu as portas de sua embaixada para a realização de reuniões entre os opositores do regime e também protege os integrantes do AN contra a repressão.

A posição do embaixador Taylor é explicável: a instabilidade social no Paraguai preocupa Washington, sempre envolvido com o fantasma de uma nova Nicarágua, surgida em países cuja desigualdade econômica e a repressão política tendem a favorecer o surgimento de lideranças de esquerda. Com missão específica de convencer os militares paraguaios a abandonar Stroessner, esteve em Assunção, em janeiro, o general John Galvin, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, o braço político-militar para a América Latina. Reunido com os militares pa-

raguaios, Galvin criticou a "intransigência" de Stroessner, que rejeita dialogar com os opositores. Na reunião estava presente o Ministro da Defesa do Paraguai, o comandante da Marinha, o comandante da Força Aérea e o comandante do 1º Exército. "Escutem o que tenho a declarar", falou Galvin, pedindo que os militares estudem a participação da oposição em uma "transição", uma forma de tornar confiável o país perante os EUA.

UM MILHÃO DE EXILADOS

Independente dos partidos legais está o Movimento Camponês Paraguaio (MCP), a maior força organizativa no país lutando para se transformar em federação unitária. O MCP começou a ganhar força em 1962, com as Ligas Agrárias e a Juventude Agrária Católica, organizações que atuaram até 1976, quando foram dizimadas juntamente com todos os partidos políticos.

Em 1977, voltam a se rearticular, sob a direção de Gabriel García. A principal bandeira do MCP é a defesa dos direitos políticos e sociais do povo. Para tanto, o MCP realiza permanente mobilização popular. Fruto dessas discussões com setores da sociedade e do próprio levantamento da situação do país realizada pelos seus membros, o MCP centrou suas atividades nas seguintes lutas:

- 1) reforma agrária integral e imediata;
- 2) liberdade de expressão para todos os trabalhadores do campo;
- 3) legalização do Movimento Camponês Paraguaio;
- 4) assistência técnica e creditícia justa e efetiva para o produtor rural;
- 5) livre comercialização dos produtos;
- 6) esclarecimento sobre a situação dos desaparecidos no Paraguai (em sua maioria camponeses);
- 7) anistia geral para todos os camponeses presos e exilados e para todos os compatriotas que se encontrem nessa situação;
- 8) entrega aos familiares dos cadáveres dos camponeses mortos.

Atuando conjuntamente com os partidos políticos e o MCP, está o Acordo Paraguaio no Exílio (APE), que desenvolve trabalho principalmente na Europa e América Latina. Segundo dados da APE, um milhão e meio de paraguaios vivem atualmente no exílio e cerca de 50 mil tiveram que abandonar o país em virtude da repressão. A maioria dos exilados (um milhão na Argentina, 200 mil no Brasil) teve que abandonar o Paraguai por razões econômicas ligadas à falta de emprego.

A APE existe desde 1981 e se define como uma frente democrática e unitária cujo objetivo é lutar contra a ditadura e conquistar um regime democrático para o Paraguai. Ela apóia e complementa, no âmbito internacional, as lutas que o Acordo Nacional trava contra a ditadura e o imperialismo. Participam da APE as seguintes forças: Febristas no exílio, Liberais e Liberais Radicais, ex-oficiais do exército paraguaio exilados, independentes, o Partido Comunista Paraguaio de Oscar Creydet, o Partido Comunista Paraguaio de Antônio Maidana e Colorados no exílio.

A APE tem cinco propostas básicas para sua ação política: 1) liberdade para todos os presos políticos e o esclarecimento de todos os casos de desaparecidos; 2) anistia geral e regresso imediato de todos os exilados políticos; 3) levantamento do estado de sítio e extinção das leis repressivas 294 e 209; liberdade de organização para todos os setores políticos, associativos e sindicais; 5) eleições livres e imparciais para iniciar o caminho da democratização do Paraguai.

ANTICOMUNISTA COMO O PAPA

O Paraguai de Stroessner foi montado para dar certo, teve todo o apoio externo e o silêncio da imprensa mundial sobre as atrocidades da ditadura. Agora, tudo indica que ela ruirá irremediavelmente. Para uma repressão que chegou à minúcia de prender 102 vezes o líder do Partido Democrata Cristão, Luiz Afonso Resck, o que pode se imaginar foi feito com os setores mais radicais de oposição

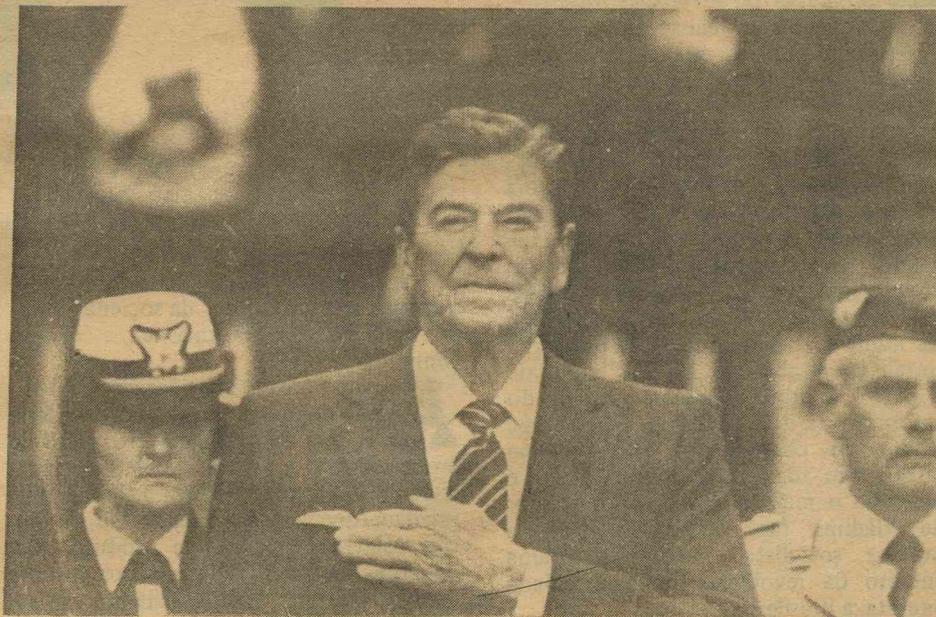
mais grave: a concentração da terra permite que 2 por cento dos proprietários controlem 50 por cento das terras, incentivando o conflito no meio rural. As multinacionais penetraram no campo, desarticulando completamente as formas de produção tradicional através da mecanização e da implementação de técnicas modernas. Isto fez com que quatrocentos mil colonos estrangeiros fossem aceitos, orientados para a grande propriedade fundiária. Isso impulsionou o êxodo, inchando as cidades ou favorecendo aos camponeses o ingresso no MCP.

A corrupção administrativa choca-se, agora, com a indústria e o comércio, que acusam a ditadura de tê-los esquecido ao adotar o modelo agroexportador. A soja e o algodão representam 60 por cento do Produto Interno Bruto, e ambos estão em sucessivas quedas de preço no mercado mundial.

Os bancos credores dos 2,5 bilhões da dívida externa (o Brasil é o principal), não renegociam a dívida, salvo se for decretada a máxide-valorização da moeda. Para quem depende exclusivamente de importações, o saldo zero na balança comercial é mais que uma gota d'água.

Há dois Paraguais funcionando: o oficial e o do contrabando. O do contrabando zomba do oficial. O oficial não consegue comprar no mercado mundial os indispensáveis açúcar, arroz, insumos agrícolas e máquinas. O contrabando orgulha-se de ter exportado, em um ano, 2,5 bilhões de dólares, o montante exato da dívida externa.

O Paraguai está com 60 por cento de sua mão-de-obra ativa entregue às ati-



Deter, em suas casas, pessoas que "pensavam" contra Stroessner e dar-se ao prazer de torturar paraplégicos confinados, o que escapou das mãos do regime e o coloca agora contra a parede? Têm todos os poderes, de expulsão e desterro, de violar documentos e correspondência, invadir residências respaldados na Corte Suprema de Justiça, que considera prerrogativa do presidente prender as pessoas, pelo tempo que julgue necessário, mas sob todos esses poderes nasce um movimento que pretende infligir golpe mortal no regime.

O Paraguai, de fato, está ilhado, dentro e fora de suas fronteiras. O Paraguai de Stroessner caiu náufrago no seu próprio mar de sangue e corrupção, que finalmente deram-se as mãos para puxar o tapete do ditador. A principal força de apoio do regime, o exército, ameaça partir-se. Causa básica do descontentamento: mais de 350 coronéis estão congelados na hierarquia esperando que os superiores morram para que tenha acesso ao generato.

Num país que depende exclusivamente do campo, a situação não pode ser

vidades "informais" (biscateiros), no exato momento que estoura o maior escândalo financeiro, envolvendo como principal figura o Banco do Estado do Paraná no Brasil, envolvendo 34 milhões e 510 mil dólares. O governo paraguaio entregou a cabeça de inúmeros funcionários, todos do quarto escalão, quando as acusações recaíram no próprio Presidente do Banco Central do Paraguai e outros duzentos funcionários bem postados na vida política do país.

Deduzindo desta realidade que os políticos otimistas tiraram agosto como o mês do "adys" Stroessner. Os cautelosos preferem dar-lhe prazo de um ano e meio. O desmantelamento total das lideranças políticas conseqüentes permitem, porém, que o ditador tenha rasgos de euforia. Quando esteve no Paraná, na transmissão do governo Richa, Stroessner mandou um recado à Washington: nada de ingerência americana nos destinos do Paraguai. Afirmou que a repressão irá continuar, pois ele é tão anticomunista como o Papa João Paulo II e ninguém na terra o arredará do poder.

Quem já não viu este filme?

Faz algum tempo vem circulando, principalmente no PT, um texto originalmente assinado por Wladimir Pomar e em seguida assumido por José Dirceu — secretário-geral do PT em São Paulo —, tratando da relação entre o PT e o que o autor classifica arbitrariamente como “correntes organizadas dentro do PT”.

Ozéas Duarte

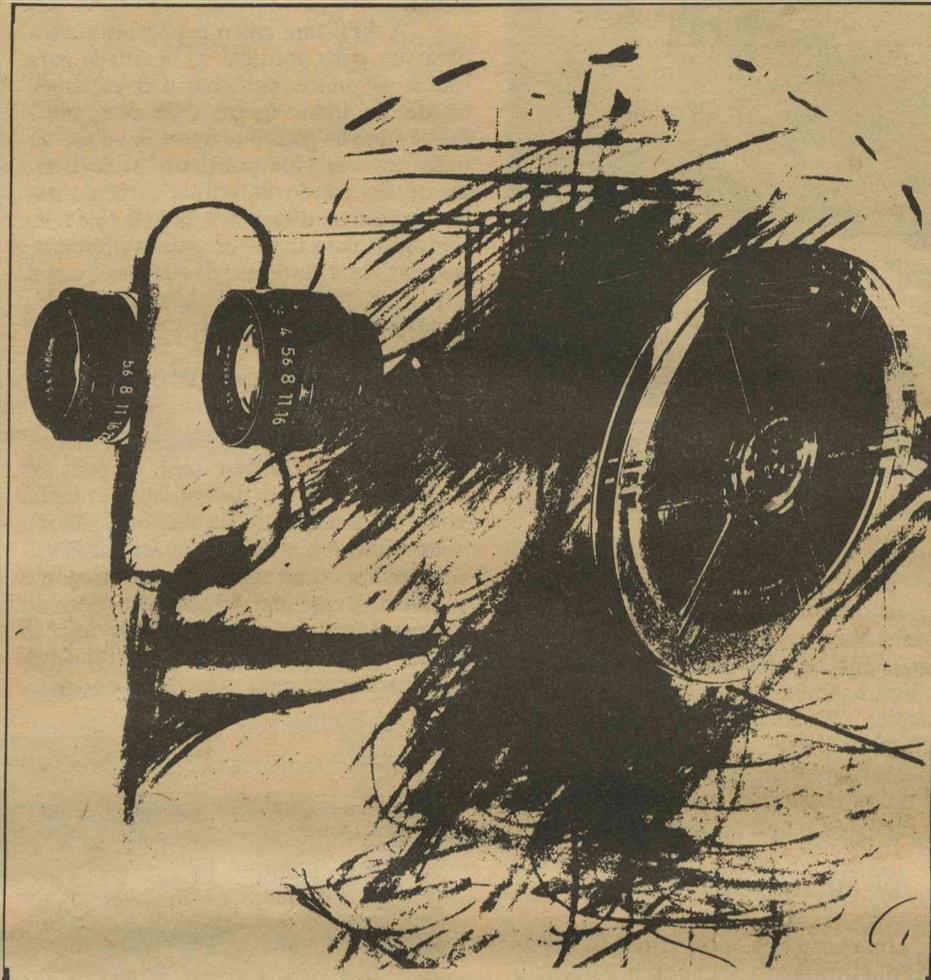
Lê-se, ali, uma referência às “propostas prontas e acabadas de grupos políticos sectários”, associada a uma pretensão do autor de aparecer como alguém que se propõe, antes de tudo, a realizar um debate com as bases. Mas, na continuação, o que ele nos traz? Nada menos do que toda uma concepção, pronta e acabada, articulada e bastante conhecida, sobre a revolução brasileira, sobre o socialismo, etc.

As posições das “correntes organizadas” são estigmatizadas como idéias dogmáticas supostamente concebidas, por elas, como aplicáveis em qualquer situação e em qualquer tempo. À parte o fato de que nos deparamos ali com o pior método do pior polemista — de pinçar citações e retirar ilações arbitrárias a partir delas, deformando o pensamento dos criticados — resta destacar um aspecto: o autor se apresenta como a expressão viva do antidogmatismo, de quem pensa a realidade inovadoramente...

Entretanto, o que nos passa em nome disso? O tema proposto é o programa da revolução brasileira, as forças capazes de realizá-la, etc. O erro de Wladimir começa quando cita Marx, supondo que ao fazer “algumas projeções gerais sobre o socialismo, ele sempre pensava em termos de transformação dos países capitalistas avançados”. Entendidas tais “projeções gerais” como a doutrina socialista sintetizada por Marx naquilo que chamou de etapa inferior e etapa superior do comunismo. Não, quando Marx formulou estas “projeções”, não se apoiava na análise de sociedade nenhuma, mas numa crítica ao modo de produção capitalista em abstrato, no seu “modo de ser puro”. E projetou a sua concepção do comunismo (e do socialismo, como etapa inferior do comunismo) expressando-a também em sua forma “pura”. Logo, é descabido o recurso a Marx, nos termos que Wladimir faz, para discutir, não a doutrina socialista, mas o programa concreto da revolução numa sociedade concreta, a brasileira.

Neste caso, o objeto da análise deve ser a própria sociedade brasileira, referenciada, é claro — a análise — na teoria geral do socialismo. E aí, mais uma vez, Wladimir se atrapalha. Começa quando, reafirmando o seu método desleal de discussão, critica, por exemplo, o PRC como se este partido não apresentasse nenhuma elaboração teórica sobre as particularidades da nova sociedade, limitando-se a copiar a doutrina geral de Marx. E quando, ao discutir a realidade específica do Brasil, toma como parâmetros as condições (atrasadas) das sociedades russa e chinesa à época da revolução. Para, enfim, nos lançar à cara uma grande descoberta: países como a Rússia e a China “nada tinham a ver com o capitalismo avançado”.

Se é assim, eu pergunto: e daí? Seria, por acaso, o Brasil um país atrasado? Wladimir não precisa responder, ele já respondeu: “o capitalismo expandiu-se aqui de forma regionalmente desigual” — quanta dialética! — e “não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples”. Estas sábias considerações não são formuladas para detectar as-



pectos da nossa realidade social, mas elementos caracterizadores da sociedade brasileira. E então mais uma vez, a coisa se complica.

Apartir dessa consideração, Wladimir deduz que a revolução no Brasil terá de consagrar três tipos de propriedade — a estatal, a coletiva e a individual — mas não destaca o tipo de propriedade que será dominante. Ou, em outras palavras, o modo de produção dominante. Um raciocínio que nos permite deduzir que ele, embora falando em socialismo, concebe a nossa revolução como um processo que compreenderia uma etapa intermediária entre o capitalismo e o socialismo, uma espécie de nebulosa cujo caráter não vem explicitamente enunciado.

Decorre daí a ênfase que atribui ao suposto papel revolucionário do conjunto da pequena burguesia (urbana e rural), inclusive “a pequena burguesia proprietária” (...). “donos de pequenas empresas industriais” (...). “com alguns assalariados”. O crítico aos “dogmáticos” não está se referindo à camada pobre dos pequenos-burgueses e camponeses, aliados inquestionáveis da classe operária, mas às camadas superiores do campesinato e da pequena-burguesia urbana, até mesmo à sua parcela que explora força de trabalho. Ora, no dia em que a classe operária depender dessas camadas — aliadas “naturais” da grande burguesia — para fazer a revolução, teremos certamente uma revolução derrotada...

O que se impõe ser dito é que o Brasil não é mais um país atrasado, quer o comparemos com a Rússia ou com a China da época da revolução. Ou

com a Inglaterra da época em que foi escrito *O Capital*. Não custa lembrar que hoje, 103 anos depois da morte de Marx, o Brasil já abriga a oitava economia do mundo. Aqui já se formou o capital monopolista, e o bloco monopolista controla diretamente o poder de Estado, submete o conjunto dos capitalistas e hegemoniza toda a sociedade. Opõem-se, frontalmente, duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado, e a pequena burguesia necessariamente se divide entre uma e outra.

Isto posto, a tarefa principal da nossa revolução será a expropriação do capital monopolista, brasileiro e estrangeiro, e sua passagem ao controle operário — coisa que nem passa pela cabeça de Wladimir. O que significa a expropriação da coluna vertebral do capitalismo e o início da construção do socialismo, ainda não exclusivo mas dominante. Uma tarefa realizável apenas pela classe operária e seus aliados — o campesinato pobre e a pequena burguesia igualmente pobre das cidades. Através de uma luta de classes que só será cabalmente vitoriosa na medida em que, destruindo a ordem política atual, estabeleça a ditadura do proletariado.

Concluindo: embora apresentado como coisa nova e antidogmática, o pensamento de Wladimir guarda parentesco com uma concepção bastante velha, por sinal responsável por inúmeros prejuízos à nossa causa revolucionária.

Noutro item, Wladimir investe contra a definição — pelo PRC — da desestabilização da “Nova República” como centro de sua tática. Confunde desestabilização com derrubada e conclui que propor a desestabilização da transição conservadora neste momento não passa de doutrinarismo. Contudo, se nada apresenta alternativamente, custa

acreditar que ele ignore o significado preciso do termo desestabilização. Bastaria consultar o dicionário para entender que o que se pretende, com a definição desse centro tático, é inviabilizar o projeto da burguesia de institucionalizar um regime político antioperário e antipopular estável e duradouro. O que significa, neste momento, lutar pela retirada da base de massas do governo Sarney e pela construção de uma alternativa política à “Nova República”, expressiva o bastante para evitar o isolamento das forças operárias e populares e para avançar na luta revolucionária, abrindo um caminho estratégico com perspectiva de vitória nas novas condições criadas pela transição.

Caso alcancemos tal objetivo, o plano que vem sendo aplicado pelo governo Sarney no sentido de consolidar uma democracia dos monopólios, através: a) da institucionalização duradoura da hegemonia política dos partidos da grande burguesia — PMDB, PFL, PDS e PTB, ou outros que venham substituí-los, b) da desativação e desarticulação dos setores de massa mais combativos, cujas referências políticas principais são a CUT e o PT, e c) da colocação dos revolucionários no gueto político — alcançando tal objetivo, repito, este plano estaria frustrado. O novo regime, a ser institucionalizado por meio do processo constituinte, teria, a partir daí, de enfrentar uma correlação de forças distinta daquela que os arquitetos da transição pretendem consolidar. Em vez da estabilidade desejada e perseguida pelo governo, com ajuda dos agentes desse plano no movimento popular — o PCB, o PCdoB e o MR-8 —, teríamos um quadro de instabilidade, criado a partir da presença e da intervenção de uma alternativa de massas caracterizadora da independência política da classe operária e das camadas empobrecidas do campesinato e da pequena burguesia urbana. Ou seja, teríamos, diferentemente, por exemplo, da experiência da Espanha, um processo de transição não estabilizador: uma situação favorável ao prosseguimento do acúmulo estratégico de forças, na perspectiva futura, aí sim, da derrubada do novo regime que a mesma transição terá gerado. Não propor a desestabilização da transição como centro tático significa ficar politicamente desarmado, destituído de uma resposta tática global — articulada com uma estratégia revolucionária — capaz de responder ao plano que a burguesia vem tenazmente procurando tornar vitorioso.

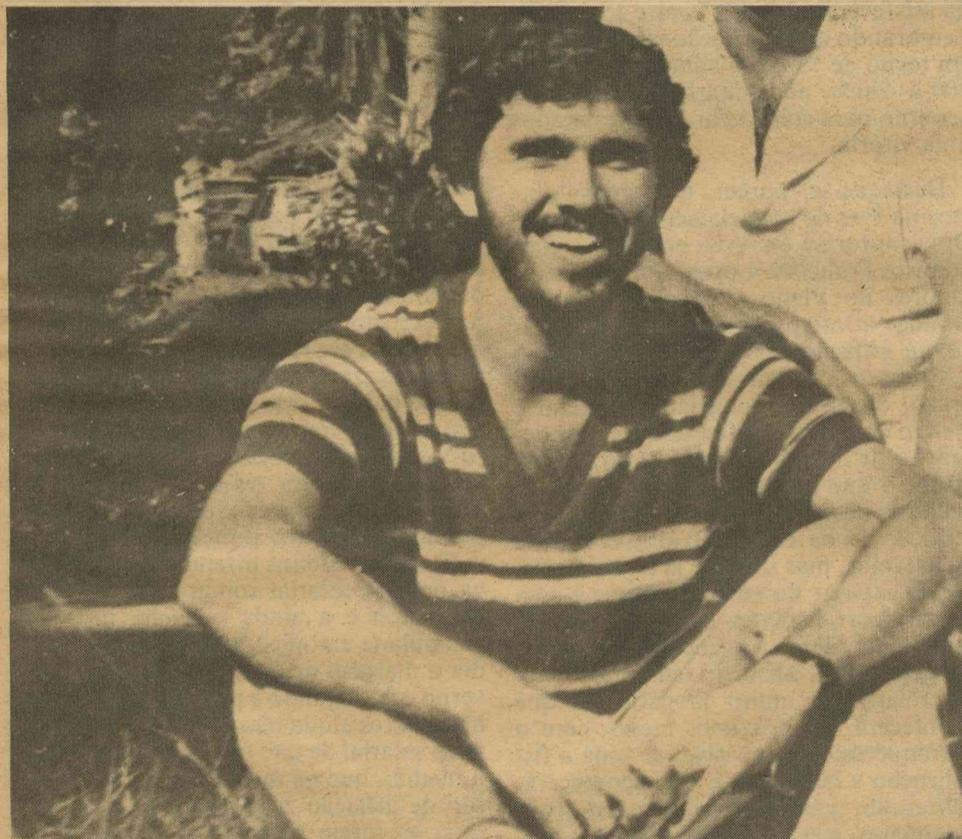
Por último, uma dúvida: em que condição do ponto de vista ideológico, Wladimir formula suas críticas? Todos nós conhecemos sua trajetória de militância comunista. Agora, ele se limita a afirmar que não é necessário “estar integrado a uma seita que se proclama marxista, leninista, comunista e revolucionária, para ser tudo isso”. Uma afirmação que em nada esclarece a nossa dúvida. A propósito, quero, em contraposição, realçar a conduta de vários companheiros, integrantes antigos e destacados do PT, que sempre fizeram questão de explicitar a sua condição de comunistas, jamais recorrendo a métodos de dissimulação ideológica para transitar mais facilmente suas propostas naquele partido.

Com a palavra os que querem sair desta maré

Jefferson Calaça concorre a presidência da UNE, nas eleições marcadas para os dias 4 e 5 de junho, pela chapa "Pra sair desta maré". A chapa é de oposição à diretoria da UNE e composta por várias tendências, estudantes do PT e do PDT, incluindo ainda vários independentes. Vai disputar as eleições contra três outras chapas: "UNE-livre", que representa a diretoria atual da entidade, "Pra arrebentar a boca do balão" (ligada ao PCB e MR-8) e "Tem que dar certo" (PTB-PFL).

No programa a defesa de dois pontos, considerados fundamentais: o desatrelamento da UNE da política da Nova República, a oposição ao governo Sarney e a luta pela realização de uma Reforma Universitária com a ampla participação dos professores, alunos e funcionários.

Além disto a preocupação com os "problemas do dia-a-dia dos estudantes": sexualidade, aborto, drogas, com as reivindicações das minorias e a intenção de fazer da UNE "uma entidade aliada ao movimento popular, que vá às praças e ruas, uma UNE de luta".



Qual é o significado político desta chapa de oposição para a diretoria da UNE?

Jefferson Calaça: Em primeiro lugar é preciso dizer que este é um momento histórico para os estudantes brasileiros. Desde 1979, quando da reconstrução da UNE temos visto sempre a mesma orientação política na diretoria. Este é o momento de colocar um ponto final nisto tudo. É esta a importância política do momento. É esta a importância política da oposição, uma oposição unificada. Esta oposição unificada, traduz hoje os anseios dos estudantes brasileiros que são os de modificar completamente a situação de apatia em que se encontra o movimento estudantil.

A apatia que você disse que o movimento estudantil vive deve-se exclusivamente a atuação da diretoria da UNE?

Jefferson: As razões são diversas, mas, sem dúvida, a atuação da diretoria pesou decisivamente. A partir de 69, quando houve o golpe dentro do golpe, vivemos

um grande silêncio. Isto vai durar até 7/79 quando o movimento operário ressurgir na vanguarda das grandes greves do ABC, São Paulo e demais estados do país.

Aliado ao silêncio as anteriores direções que assumiram a UNE de 79 para cá foram direções que, paulatinamente, adotaram políticas que cortavam a independência da UNE, até que a última diretoria atrelou completamente nossa entidade a Nova República. Cabe a nós defender o imediato desatrelamento da UNE da política do MEC. E aí devemos nos aliar com a CUT, a OAB, a ABI, a Fasubra, a Andes, a fim de retomar a tradição de luta que a UNE sempre possuiu.

É as outras chapas?

Jefferson: A primeira questão a ser registrada é a de que as três outras chapas estão no campo da situação. A "UNE-livre" — este nome é uma verdadeira hipocrisia — é a chapa oficial da atual diretoria da UNE. Representa claramente o aparelhismo na entidade, o atrelamento ao MEC e ao governo, a continuidade do imobilis-

mo. "Pra arrebentar a boca do balão" tem apenas contradições secundárias com a "UNE-livre". O motivo fundamental para saírem separadas deve ter sido a disputa por cargos. E a chapa "Tem que dar certo" é tida por todo mundo como de direita. E, de fato, é. Mas é bom observar que seus membros até hoje estiveram alinhados com a atual diretoria e que os pontos essenciais do seu programa não são muito diferentes dos das outras duas. Ao fazer esta crítica não pretendo dizer que "Pra sair desta maré" não tenha problemas. Ao contrário, temos muitas debilidades. Mas somos a única chapa com condições de iniciar o resgate da UNE no sentido da sua independência e do seu comprometimento com as lutas populares.

O que muda na UNE com a nova diretoria?

Jefferson: Muita coisa. Em primeiro lugar, o desatrelamento da entidade que já falamos. É preciso abrir as portas da UNE a todos os estudantes, a todas as tendências políticas, para que possamos dizer que ela é representativa. Vamos começar a botar o bloco na rua em oposição à Nova República e não em concordância com ela.

O ME deve retomar sobre seus passos em direção, digamos, "das glórias de 68" ou há novos caminhos?

Jefferson: É claro que não podemos abandonar o nosso patrimônio de lutas, acumulado durante todos estes anos. No entanto, somos bastante explícitos e práticos ao falar sobre os novos caminhos. Por exemplo assim que terminar a eleição, vamos começar a estruturar o trabalho para o segundo semestre. Queremos realizar duas grandes campanhas nacionais. Uma delas é a eleição direta em todos os níveis, principalmente para reitor, a outra é a constituinte universitária. Precisamos por um fim a todos os tipos de regimentos e estatutos autotitários que ainda vigoram na universidade.

E além disto?

Jefferson: Primeiro: o desatrelamento completo da UNE do governo da Nova República. Isto significa dizer também que a UNE não vai ser atrelada a nenhum partido ou governo enquanto nós estivermos na diretoria. Segundo: precisamos de uma nova reforma, com a participação de professores, alunos e funcionários. Negamos, portanto esta comissão de alto nível criada pelo governo. Além dos pontos que já falei — eleições diretas e a constituinte universitária — quero dizer que não aceitamos também qualquer tipo de cobrança de taxas ou sobretaxas nas escolas públicas.

A chapa é composta de várias correntes e tendências política. Mesmo assim ela vai conseguir fazer um trabalho em comum?

Jefferson: É verdade que somos compostos de diversas posições políticas. Mas também é necessário que se diga que a chapa está unificada em torno de um programa e é o mesmo programa que defendemos no congresso da UNE. É também por isto que podemos dizer com tranquilidade que vamos trabalhar juntos. **As tendências políticas e os independentes, como se dá esta relação?**

Jefferson: Muito bem. Por exemplo, antes do congresso já havíamos percorrido 14

estados buscando unificar toda a oposição, inclusive, os independentes. E o apoio deles foi importantíssimo para definir a posição em que nos encontramos hoje. A situação vai dividida em três chapas, enquanto a oposição vai unificada. Contudo, também quero registrar que a participação organizada em uma tendência rende mais frutos, tanto para o crescimento individual dos militantes como em eficácia política. Todos os problemas são sempre tratados do ângulo do coletivo, além do que as discussões, por serem mais periódicas e sistemáticas permitem que se ampliem nossos horizontes. O problema, portanto, não está nas tendências, e sim na prática de algumas delas.

Você tem transmitido a idéia de uma liderança estudantil preocupada com os problemas da juventude. A UNE vai incorporar isto?

Jefferson: É claro. Todas as entidades que representam os estudantes devem preocupar-se com isto, ainda mais sua entidade máxima. Por exemplo, problemas como o do aborto, das drogas, do homossexualismo, dos índios, dos negros, das mulheres, estão sendo debatidos em todos os recantos deste país. Nada mais justo, pois, que a UNE não apenas abra espaço para esta discussão, mas encabece-a, socializando-a.

Mas estas questões hoje estão sendo debatidas. Todo o problema parece estar na perspectiva que vai se dar ao debate. Por exemplo, a questão da mulher: de que forma ela se liga ao projeto de construção de uma nova sociedade?

Jefferson: Se pensarmos que a opressão ideológica que as mulheres sofrem numa sociedade destas tem uma base econômica, então, podemos dizer que a luta contra o machismo tem a ver com a luta do trabalho contra o capital. E tudo isto está ligado a uma luta maior. Precisamos colocar o poder na mão das maiorias atendendo aos seus interesses em todas as suas questões. Neste sentido eu considero que estas lutas tem um vínculo estreito com as lutas contra a exploração capitalista. Eu não consigo ver, por exemplo uma luta pela libertação da mulher sem que se aborde a exploração que lhe é feita no campo econômico e social.

A idéia que usualmente se tem da militância política no movimento estudantil é a de que ela é uma espécie de "profissão" exercida 24 horas por dia. O militante não estuda, não vai ao cinema, não se preocupa com mais nada, só com política...

Jefferson: Acho que uma das coisas básicas da nossa proposta, que responde, inclusive pela sua aceitação é a tentativa de desfazer este protótipo. Quando dizemos que somos estudantes interessados na mudança deste país, interessados, ao mesmo tempo, pelos problemas da universidade e por toda uma série de questões novas, estamos querendo dizer também que nada disto é incompatível com a militância no ME. Gostamos de nos divertir, de música, literatura, etc, etc.

"Pra sair desta maré" ganha a eleição?

Jefferson: O fato de termos saído unificados, e principalmente a receptividade da nossa proposta em todos os lugares dá uma demonstração de que a vitória já é algo palpável. Trata-se agora de conseguir que as eleições sejam as mais concorridas para que nossa representatividade não possa ser questionada por ninguém.

A INFLAÇÃO ESTÁ DE VOLTA

Duarte Pereira

O jornalista Duarte Pereira, que acaba de publicar o trabalho **O Choque Salarial — Uma Análise Crítica do Programa de Estabilização Econômica**, escreveu, a nosso pedido, este balanço dos meses iniciais de aplicação do "pacote":

Passados dois meses, como avaliar o Plano Cruzado imposto pelo governo Sarney? Está dando certo, conforme desejou ardentemente a Rede Globo durante várias semanas?

Para o governo parece não haver dúvida, pelo menos em público. No primeiro aniversário das medidas, o presidente Sarney declarou por uma cadeia nacional de rádio e televisão: "Comunico que não tivemos inflação no mês de março. Tivemos uma desinflação, isto é, o custo de vida dos trabalhadores caiu 1,48%. O Plano deu certo". Dois meses depois, já não podendo anunciar uma nova deflação, era a vez de o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, despistar declarando à imprensa com seu ar santificado: "Estamos fazendo um país com uma inflação parecida com a da Suíça e com o dobro de desenvolvimento do Japão".

Para os trabalhadores que aprenderam, desde os tempos de Simonsen e Delfin, a ouvir com espírito crítico declarações oficiais, o otimismo estudado do governo não encerra as dúvidas. Muito ao contrário, sabem que a inflação voltou em abril, ficando entre 1 e 2% apesar do congelamento, e recordam-se que as promessas oficiais falavam em inflação 0, não apenas na fase de congelamento mas de forma duradoura. Anunciavam um país capitalista idílico sem inflação e sem especulação (está esquecido, ministro Furaro?) e garantiam, além disso, que essa meta seria alcançada sem paralisar os trabalhadores e sem prejudicar o crescimento econômico (está esquecida, professora Conceição?). Passados apenas dois meses, confirmaram-se as promessas do governo ou as críticas de seus opositores?

Não são pequenas as barreiras a superar para quem deseja uma resposta comprovada. A primeira dificuldade é obter índices de preços que mereçam crédito. O presidente Sarney não teve pudor de proclamar, para dona Zenina e o país inteiro, uma deflação de 1,48% em março. Três dias depois, o **Jornal do Brasil** in-

formava (evidentemente para um público muito menor) que o IBGE ainda não havia completado a apuração do índice de preços de março e o número divulgado pelo presidente, sem nenhuma ressalva, era apenas uma estimativa feita com base na variação de preços de alguns produtos no Rio e em São Paulo. Além disso, acrescentava o **Jornal do Brasil**, o IBGE havia encaminhado ao presidente duas estimativas: uma que apontava uma queda de preços de 0,33% com base

na metodologia do antigo INPC; outra que indicava uma queda mais acentuada de 1,48% com base na metodologia do IPCA. O presidente escolheu o número mais vistoso. Para seu vexame, quando o IBGE concluiu a apuração, a deflação de março ficou num precário 0,1%.

E não se trata de um escorregão isolado, pois ainda agora o ministro Funaro está empenhado em nova campanha para expurgar dos índices de preços ao consumidor o impacto de produtos que, por fatores sazonais, sofrem grandes aumentos. No momento, o ministro está interessado em diminuir o impacto dos espoliativos preços das roupas de inverno. Mas quem garante que, daqui a alguns meses, não defenderá o expurgo dos preços das roupas de verão, ou da carne na entressafra, ou do peru no Natal? Voltamos à "inflação do chuchu" de Simonsen: e o país pensava que se tinha livrado desses ministros que preferem manipular índices em vez de combater efetivamente as causas estruturais da inflação e as manobras especulativas de industriais e comerciantes gananciosos!

Se não é fácil obter índices fidedignos, mais difícil ainda é interpretá-los corretamente. Em abril, por exemplo, enquanto a maioria dos índices de preços ao consumidor apontavam a retomada da inflação, o Índice de Preços por Atacado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, indicava ainda uma deflação de 1,03%, o que também puxou para baixo o Índice Geral de Preços da FGV. Foi o bastante para que o jornalista Joelmir Beting, recordando que "o atacado de hoje é o varejo de amanhã", sustentasse que o IPA era mais expressivo da tendência dos preços do que os IPCs.

Diga-se de passagem que Joelmir Beting, ao lado de Luís Nassif, está entre os defensores mais facciosos e arrogantes de "pacote". Seu raciocínio seria procedente se o país não estivesse atravessando a situação excepcional de um congelamento que partiu do varejo para pressionar o atacado e os ajustes entre atacadistas e fabricantes. Com a briga acirrada entre os distintos setores do capital e o atraso nesses ajustes, os preços por atacado refletiram em abril a deflação observada nos preços ao consumidor em março e resultante, em boa medida, de descontos financeiros, ou seja, da retirada da previsão inflacionária embutida nos preços das vendas a prazo.

Apesar das dificuldades apontadas, é possível chegar com algum esforço a algumas conclusões básicas sobre os resultados iniciais do Plano Cruzado. Houve,

em média, resalte-se, uma pequena deflação ou queda de preços em março, logo seguida do reaparecimento da inflação em abril, com um índice entre 1 a 2%, de acordo com as várias estimativas disponíveis, índice que deve repetir-se em maio, que é, aliás, um mês tradicionalmente de inflação mais modesta. Projetado para um ano, esse índice mensal nos levaria a uma inflação acumulada até fevereiro de 1987 entre 15 a 30%. Lembrando que a inflação mensal estava em torno de 15% e a anual em torno de 300 a 400%, não faltaria partidário do governo para considerar esses resultados uma vitória.

Destaque-se, porém, que ainda estamos na fase do congelamento de preços. Ora, conforme escreveu em 1985 o economista Francisco Lopes, um dos inspiradores do Plano Cruzado, "um dos grandes atrativos da estratégia de combate à inflação pelo choque heterodoxo é a certeza de bons resultados a curto prazo. Se há um congelamento geral e efetivo de preços a inflação deve, por definição, ir imediatamente a zero." Portanto, o que há de significativo nos resultados desses dois meses não é que a inflação tenha caído tão drasticamente de patamar, mas sim que já tenha reaparecido, **apesar do congelamento**, e com tanto vigor! Estavam certos os que denunciaram, desde a primeira hora, que o congelamento, além de temporário, seria relativo e muito precário. E que acontecerá nos próximos meses, com o enfraquecimento já visível de toda a fiscalização e controle? E que acontecerá, sobretudo, quando tiver início o descongelamento, mesmo que gradual, dos preços?

O governo sabe que este será o verdadeiro teste de seu Programa e por isso tenta retardar o mais possível esta hora da verdade. Cogitou inicialmente de três meses de congelamento, ampliou depois o prazo para seis meses e, a tomar por base o subsídio ao leite decidido até 30 novembro, pretende agora esticar o congelamento até depois das eleições de novembro. Para prolongar esse prazo, no entanto, será cada vez mais forçado a conceder subsídios, dispensar impostos, acentuar o déficit público, agravar as distorções nos preços relativos, trazendo de volta uma forma perigosíssima de inflação, a **inflação reprimida**, que reforçará dramaticamente as pressões altistas quando chegar a hora de liberar os preços. A inflação anual pode ultrapassar os 15% pretendidos pelo governo ou os 20 a 30% previstos por empresários e analistas econômicos!

Com o ressurgimento da inflação, agora em cruzados, os salários já começaram a sofrer nova perda. No momento da imposição do "pacote", os salários sofreram uma perda média em torno de 30%, porque foram atualizados: 1º) tomando-se por base o salário real médio dos últimos 6 meses e não o salário de pico do último reajuste; 2º) desconsiderando-se a inflação oficial de fevereiro; e 3º) desprezando-se os aumentos de preços ocorridos na segunda quinzena desse mês.

Nem todos os trabalhadores se deram conta imediatamente dessa perda pelas diferenças nas datas de seus reajustes. Em fevereiro, os trabalhadores que estavam para obter reajustes e tinham seus salários no ponto mais baixo, foram **imediatamente** atingidos. Que o digam os bancários, ainda por cima vitimados por desemprego recente! Os que tinham acabado de ser reajustados, praticamente permaneceram na mesma situação. Mas os que haviam sido reajustados há mais tempo receberam um ilusório "aumento", sem se darem conta de que se tratava apenas de um reajuste e **parcial** de seus salários, e que em troca dele haviam perdido o direito à semestralidade.

Se a esses efeitos diferenciados da nova política salarial somar-se a deflação de março e a ainda pequena inflação acumulada em abril, não é difícil entender a margem de manobra em que o governo está jogando e por que muitos trabalhadores ainda não perceberam o confisco salarial de que foram vítimas. Mas, à medida que os meses passarem, a ilusão de inflação zero desvanecer-se e os salários forem submetidos a uma nova correção, o truque do governo virá abaixo.

A nova queda nos salários reais, conjugada à falta (até agora) de uma reforma bancária que garanta a redução das taxas de juros e o prolongamento dos prazos dos empréstimos e à ausência de uma política industrial claramente definida, acabará refletindo-se também na taxa e no padrão de crescimento da economia, dissipando outras ilusões nutridas pelo "pacote". Mas este é um assunto que, por limitação de espaço, terá de ficar para outro artigo de balanço.

Apesar de tudo, pode haver quem julgue que o Plano Cruzado valeu a pena, porque pelo menos nos trouxe do risco de uma hiperinflação para a possibilidade de uma inflação moderada. A esses só restaria dar a resposta famosa de Piti-grilli: "Uma pequena inflação não tem importância — é precisamente como uma pequena gravidez"...

	Segundo o IBGE	Segundo a FIPE
Alimentação	1,11	1,40
Habitação	0,87	1,53
Artigos de Residência	1,28	
Vestuário	3,99	14,60
Transporte (e Comunicação)	1,11	0,22
Saúde (e Cuidados Pessoais)	1,06	3,67
Despesas Pessoais	0,39	0,78
Educação		3,56
GERAL	0,53	2,31

Outro índice, o do Custo de Vida da Classe Média em São Paulo, calculado pela Ordem dos Economistas, foi de 2,49% em abril.

Arnaldo Jabor apaixonado, pelo próprio umbigo

CULTURA
CULIUNA

Maria V. da Silva

Foram inúmeras e inúmeras as entrevistas que Arnaldo Jabor, em jornais, revistas e, principalmente, na televisão brasileira, desde que seu filme "Eu Sei Que Vou Te Amar", participou do Festival de Gramado como hors-concours. Os críticos babaram na volta e nos acostumamos a ouvir o cineasta, ao sabor da hilariante fama, afirmar peremptoriamente que tudo que havia aprendido até então tinha sido transmitido pelas mulheres com quem convivera, ou então que a mulher significa a democracia, a delicadeza, enquanto o homem traz consigo o fascismo, o imperialismo. Elevado a uma categoria de feminista mór, Jabor, não poupou palavras, verbos, adjetivos e substantivos. Nos enchemos de Jabor, com seu ar de árabe ocidental mal-acabado.

A juventude está delirando com o filme. O livro está sendo vendido às turras. As sessões de cinema invariavelmente acabam com aplausos. O que diz Jabor assim de tão intenso e importante?

O filme trata de um casal que se encontra depois de seis anos de vida em comum e três meses de separação. O encontro é filmado numa casa projetada por Niemeyer onde se misturam manequins, TVs, rampas, banheiros atrás de corredores, corredores com neons, aquários, e aquelas cadeiras de design inovadores que servem apenas para museus de cadeiras com design inovadores. A casa, ao que parece, foi escolhida porque mostra na sua arquitetura e na sua decoração a bara-

funda emocional em que estamos metidos. Não se sabe ao certo, porém, quem errou primeiro, se o arquiteto, o cineasta ou se ambos. O fato é que não fecha. Mas, tenhamos certeza, se não fecha com a proposta do filme, fecha com a barafunda emocional da cabeça de Jabor e suas fantasias sexuais que, sob a forma de catarse, ele despeja sobre o (in) feliz e (in) crédulo espectador.

Senão vejamos. Quem é aquela mulherzinha que Jabor construiu? Existe? Existe. Devem existir milhares no cotidiano. O único problema é que para tornar-se verossímil um personagem, em qualquer forma artística, é necessário bem mais do que exemplos reais. Tem sempre uma ponta do papel que teima em se despreparar. Como um cartaz na parede úmida,



o personagem não cola. No dia da morte da avó, represa, ela vai direto ao calçadão. Enlouquecida, entra no primeiro carro que pára, indo para um motel. Primeira escapada de uma série de outras que, segundo a visão de Jabor, irão livrá-la das culpas pré-históricas que a mulher carrega por ter nascido mulher. Não há nada além na vida desta triste criatura. Jabor consegue remetê-la ao mais profundo

e abjeto túnel porque não a imagina fazendo alguma coisa que não seja abrindo suas pernas.

E o rapaz? Acaba sendo possuído por um travesti que se parecia com Marilyn Monroe.

A delicadeza de Jabor ao tratar de questões que dizem tão profunda e diretamente com o cotidiano e a emoção

dos seres humanos é espantosa. Uma patola não faria tanto dano.

Em um filme assim, que lida com dois personagens a discutir sua vida em comum, cheia de traições de parte a parte, não poderia faltar a revólver em cena. Só que ninguém fica preocupado quando Fernandinha Torres saca o trinta e oito de sua bolsa. Quem ficaria? Sequer conseguimos acreditar que é dela aquela história toda. Aliás, só Cannes conseguiu. E Thales Pan Chacon também não consegue convencer nem no riso nem no choro forçado. Talvez pela idade. Pelo cenário, pelo diálogo, pelas cenas por demais teatralizadas. Tudo isso deixa sem a necessária tensão o filme. Aquela tensão que Bergmann consegue, fazendo o personagem quebrar um cálice de vinho, em "Gritos e Sussurros". Jabor é óbvio demais. A vida, por vezes, também é óbvia demais. O que não tem perdão é qualquer tipo de arte ter a obviedade como parâmetro.



20 ANOS DA REVOLUÇÃO CULTURAL

É notório o hábito dos chineses de se expressarem em sentido figurado, assim como é notória também a sua paciência.

No entanto, não deixa de ser estranho e, em um certo sentido, muito irônico que a Revolução Cultural — um movimento que varreu a China como uma tempestade e empolgou durante muito tempo a maioria da intelectualidade européia e que, até hoje, produz calafrios nos comportados leitores de O Estado de São Paulo — tenha aparentemente se iniciado como se fosse um debate literário em torno de uma peça de teatro. A ironia aumenta quando somos informados de que a peça trata da história de um mandarim ocorrida na época da dinastia Ming

Já a paciência fica por conta de Mao Tse Tung: esperou em minoria, ou pelo menos, em escassa maioria no Comitê Central do PCCh, desde 1961, época da abertura da "polêmica literária", com o aparecimento da peça teatral, até 16 de maio de 1966, data da aprovação pelo Buro Político do partido do documento dos Dez Pontos, que marca, formalmente, o início da Revolução Cultural.

Com a publicação dos "Dez Pontos" a luta surda que até então vinha se desenvolvendo no interior do partido e a forma metafórica com que aparecia na imprensa são completamente abandonadas. Tudo se passa agora às claras. O texto

redigido, ao que tudo indica, pelo próprio Mao Tse Tung, define os inimigos como "representantes da burguesia infiltrados no partido, no governo, no exército e nos meios culturais". Anteriormente, em outra reunião Mao já havia denunciado "os elementos intelectuais anticomunistas e apelado à libertação da juventude, chegando até mesmo às ameaças de chamar "a rebelião nas províncias, e ao ataque ao 'quartel general'". Esta última alusão referia-se, obviamente, ao próprio Comitê Central do partido. Entretanto, em nenhum momento, Mao Tse Tung vai referir-se a Deng-Xiao-Ping, à época Secretário Geral do partido e principal responsável pela campanha contra sua política. Os ataques do "grande timoneiro" dirigem-se ao 2º secretário, Peng Chen, responsável também pela organização partidária em Pequim. Peng Chen, por certo, era "o elo mais fraco da cadeia", por isto a acuidade política de Mao levava-o a conduzir a batalha por aí. Os cinco anos de virtual paralisia que tivera que amargar na mais alta direção partidária eram suficientes para que ele não subestimasse a força do adversário. Aliás, os acontecimentos subsequentes à morte de Mao Tse Tung, quando Deng assume o primeiro posto no governo chinês, acabando com a Revolução Cultural, desbaratando os seus partidários e promovendo uma espécie de "desmaoização", indicam que o líder da Revolução Chinesa possuía razões de sobra para agir assim. Além disto uma tentativa de golpe de Estado militar ocorrida em Pequim em fevereiro de 1966, segundo

relatos oficiais da época, fazia com que fosse redobrada esta cautela.

Ao aparecer na imprensa, no dia 18 de maio de 1966, o texto dos "Dez Pontos" desatou a tempestade. O caráter político do debate "literário", iniciado com a inocente crônica sobre o senhor feudal, vem à tona. Ele é a expressão de uma oposição a linha proletária de Mao Tse Tung, afirmam seus partidários. Inicia-se o movimento dos "dazibaos", (murais de crítica às autoridades partidárias, governamentais, universitárias). Mao Tse Tung participa diretamente. Aliás, é ele quem dá o tom da campanha com seu célebre "dazibao" pessoal, afixado a 5 de agosto. O título é significativo: "Fogo sobre o quartel-general", o conteúdo expressa publicamente sua ameaça realizada na reunião do partido e conclama a juventude a exercitar a crítica sem temer represálias.



Tudo agora se passa muito rapidamente. Deng Xiao-Ping, encolhe-se na defensiva, Mao Tse Tung avança. A 18 de agosto ele recebe as organizações estudantis e funda os Guarda Vermelhos. A sua função é dupla manter os inimigos em retirada e o movimento sob controle dos maoistas, pois são eles que se constituem nos núcleos dirigentes destas brigadas. O movimento generaliza-se assim como se generaliza a fórmula que sintetiza sua política: "combater a todos, mesmo os pertencentes ao partido, que se comprometeram na via de restauração do capitalismo", os "Zou Zi Pai".

O contra-ataque, entretanto, não se faz esperar: nos primeiros dias de outubro, os partidários de Deng Xiao-Ping fundam "o comitê de ação unida dos guardas vermelhos das escolas secundárias". Seus primeiros elementos são recrutados nas escolas especiais para os filhos dos dirigentes. Não por acaso as palavras de ordem são as mesmas: combate aos "Zou Zi Pai", crítica a todos, salvo ao pensamento de Mao. Isto dava espaço a que se pudesse combater os partidários de Mao em nome do próprio Mao. É neste momento que os calafrios não cessam nos leitores ocidentais e tudo se passa como se a China estivesse mergulhada num ardente e confuso caldeirão.

Contudo, as razões para a vitória posterior de Deng Xiao-Ping começam a se gestar em meio a tudo isto. O fio desta enigmática meada parece ter sido percebido talvez esteja contida na observação de um historiador: "sobre o modelo dos Guardas Vermelhos vai se constituir em Pequim uma organização de operários defensores das posições (de Deng) e que retira sua influência tanto do aparato sindical oficial como sobre as reticências e, inclusive, os temores que provocam no meio dos trabalhadores as intervenções dos Guardas Vermelhos".

Futebol: ironia e farsa

Afonso Araujo Filho

Carlos Drummond de Andrade disse certa vez que "se há um deus que regule o futebol, esse deus é irônico e farsante." Talvez, de fato, seja isso que torne o futebol um esporte tão desconcertante e tão sem lógica, como se costuma dizer.

Movido por um deus cruel, que muitos acreditam ser brasileiro, o futebol é uma retumbante paixão das massas. Não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Hoje em dia, até mesmo os árabes, avessos a convívios muito coletivos, também viram no futebol uma saudável maneira de sublimar suas milenares angústias.

Embora suas raízes remontem às elites, não existe nenhum esporte mais popular, mais genuinamente popular do que o futebol. E nele tem convivido a ironia e a farsa. A primeira a se alimentar permanentemente da contradição entre o coletivo e o indivíduo. A segunda, a retirar do futebol sua aparência humana.

Obviamente a farsa nunca é, ou deve ser, um componente humano, senão degenerado. Todavia persiste, não somente como um sintoma expresso da malignidade desse estranho deus, mas também como produto de mesquinhos interesses.

O futebol é um fenômeno histórico-social derivado da práxis humana. Sua natureza está ligada ao tipo de disputa esportiva desenvolvida pelos gregos, ao contrário de outros esportes descendentes da violência marcial ou mesmo ligados a mimesis (imitação) de hábitos sociais remotos. Sua maior virtude, e onde reside todo seu atrativo, é o confronto entre habilidades humanas. Nele, o êxtase da vitória, é muito mais o prazer da afirmação social dessas habilidades do que propriamente a sujeição ou menosprezo dos derrotados.

Dessa busca de afirmação das habilidades resulta a contradição fundamental: o sujeito coletivo (time) e o sujeito individual (jogador). O segundo condicionando o primeiro dentro das leis específicas que regem o coletivo, necessitando da busca da afirmação pessoal na não dissolução no coletivo. Ao contrário, ambos coletivo e indivíduo, permanentemente engendram contradições, realizando a síntese que compõe o futebol.

Portanto, é exatamente esse caráter contraditório e irônico que garante essa exuberância apaixonante. Porque é assim que os indivíduos se enxergam nas suas vidas particulares; como seres coletivos que buscam de toda a sorte uma afirmação individual que lhes garanta a certeza de sujeitos da existência.

Porém, como em tudo o mais, quando no futebol tal caráter contraditório é afetado, sua magia e graça se esvanecem, dando aos torcedores a sensação de futilidade e desesperança. Quando se interpõe a farsa, quer pela descarada manipulação originada no populismo, quer pelas leis sutis do jogo de interesses privados, aí então o futebol torna-se totalmente descaracterizado.

No Brasil, a história do futebol, e por conseguinte da seleção brasileira, foi sempre perturbada pela farsa. A seleção brasileira, que, a rigor, representa o anseio popular de ver-se representado através de seus melhores atletas na contenda com os melhores atletas de outros povos, muito pouco disso pôde ser, somente salva em seu desígnio original pela surpreendente magnitude da genialidade.

As táticas, os técnicos, os esquemas de jogo e os próprios jogadores, estão quase sempre submetidos a interesses imediatamente político-eleitorais, além de sofrer outros de caráter ideológico mais complexos. Estes últimos, aliás,



tem sido responsáveis por balizarem o surgimento e a permanência de astros do esporte. Veja-se o caso de Mané Garrincha, falecido em maio de 83. Ninguém punha dúvida na sua genialidade futebolística, mas seu comportamento era de modo geral combatido. Ele debochava de tudo. Debochava da caricata disciplina exigida aos jogadores. Debochava dos cartolas. Não dava bola para a riqueza que acumulara em tão curto tempo. Tudo isso foi tornando-o uma espécie de "desajustado", culminando com a discriminação ideológica que se abateu sobre ele.

Não é o caso de Pelé, considerado o maior dos gênios do futebol. Pelé, ao contrário de Garrincha, sempre foi um moço bem comportado, que sempre teve a confiança das elites. Pelé, entretanto, perdeu para Garrincha na genialidade, na intuição brilhante de, em dado momento, ampliar os próprios limites do futebol, invertendo sua lógica. Ou seja, quando todos esperavam o inevitável gol genial, Garrincha senta na bola e, mais uma vez debocha, dos zagueiros adversários estatelados no chão. Pelé nunca deixou de marcar um gol, se podia fazê-lo. Esse lado ideológico da farsa é que retirou o ponta Renato da atual seleção. Pois não era possível alimentar outro ídolo nas massas com um potencial tão non sense como o de Garrincha.

A estupidez das elites no Brasil, portadoras de uma repulsa genética pelos ídolos das massas, não consegue conviver com eles. A não ser buscando de todas as formas enquadrá-los dentro de sua moral, exigindo e adestrando-os para reproduzirem seus interesses.

Passado o período de manipulação populista sobre o futebol, exercido pelos governos militares, que forçaram o sinal de igual entre futebol e Brasil, abre-se um novo espaço para uma discussão mais fecunda. O futebol, pode ser pensado co-

locando-o na dimensão totalizante das exigências das massas, como expressão de seus interesses.

Não é possível reduzir o futebol a apenas um esporte como outro qualquer. Vê-lo na sua dimensão social, criativa, fundante também de uma noção revolucionária da existência humana, é o ponto de partida para entender essa ruidosa ironia que irrompe nos estádios em cada gol, ou ainda, quando dele emerge a genialidade contagiante que combina na dose certa a magia de disputa e arte.

O futebol sempre foi acusado também, pelos mais afoitos, de servir como ópio, produzindo um efeito entorpecedor nas massas. Aqui é necessário distinguir algumas coisas.

Sem dúvida nenhuma, sempre houve um grande interesse das elites utilizarem o futebol a moda "pão e circo". Do outro lado desses interesses, as massas desejavam "pão e circo", embora não para uma catarse grotescamente definitiva, mas porque isso faz parte da vida das massas. Ou seja, juntou-se a fome com a vontade de comer. Portanto, não se trata de dizer que as massas foram plenamente iludidas, mas que estas não se importavam em absorver algo que efetivamente desejavam. Essa concepção de que o futebol sempre anestesiou as massas padece de uma profunda ignorância, tanto sobre a natureza do futebol como em relação a consciência das massas.

O futebol é (hoje) a síntese de duas grandes experiências humanas: a disputa e a arte (a habilidade técnica de representar). Não é à-toa, portanto, que existam duas correntes distintas de comentaristas, os que elogiam o futebol-força, garra, etc, e os que acreditam no futebol-arte. E a razão de existirem tais correntes é porque o desenvolvimento histórico-social de cada povo imprime certos condicionantes

particulares que deslocam a tensão da síntese (disputa-arte) para um dos pólos.

No Brasil, país cujo desenvolvimento econômico-social se deu sempre as expensas de uma aguda dependência econômico-cultural e ultimamente de intrínseca associação, existe uma experiência dominante do futebol-arte. Pode-se dizer que essa tendência a "arte" do futebol brasileiro é produto das condições históricas da formação do povo. Tendência que curiosamente, e pelo mesmo viés analítico, se dá ao inverso no futebol europeu, que, sem a menor dúvida, teria muito mais tradição para falar em futebol-arte. E também, sem nenhum temor, pode-se afirmar que nesta particular contradição, futebol-força e futebol-arte, reside a crise atual quase insuperável do futebol brasileiro. Razão pela qual, o técnico Telê Santana, contrariamente a qualquer receituário moderno, montou uma seleção virtualmente senil, na esperança de que o futebol-arte dos "idosos" brasileiros consiga sobrepor-se à "correria jovem" do futebol europeu.

Mas como dizíamos, arte e disputa são parte integrante do futebol (moderno). E estas, como sabemos, são instâncias da atividade humana. Instâncias que são, a um só tempo, ponto de partida e chegada da experiência e realidade humanas. Tais instâncias constituem permanentemente uma dimensão da organização do ser social. Como pode a manipulação, que sempre é externa, dissipar de todo o caráter essencialmente revolucionário dessas instâncias? A resposta é simples. Não pode. Quando muito o apelo massivo ao triunfalismo nacionalista ganha relevância em certos momentos históricos. Passados tais momentos, volta-se a natureza específica e original dessa experiência coletiva.

Aí também chegamos a outra determinação importante. A manipulação do anseio das massas é mais do que possível: é provado. Entretanto, como também sabemos, a manipulação é uma operação de retificação do real. Ou seja, a criação de um fetiche, a exacerbação de um dos aspectos do real, mas que passa como se fosse todo o real. Contudo, a natureza desse tipo de manipulação tem menor consistência ideológica do que propriamente política. Ela ocorre justamente aproveitando um estado de desequilíbrio acentuado no ânimo das massas. Assim, a manipulação que as elites sempre desejaram realizar através do futebol, em dados momentos críticos da história mais recente, não erradicou nas massas o sentido totalizante do futebol, na sua especificidade enquanto atividade humana fundada em instâncias revolucionárias da realidade.

É muito interessante observar que hoje já há "alguma" distinção nas massas no fato de torcer pelo Brasil, enquanto a nação que irá competir, e o atual Estado brasileiro. Não há mais tanta confusão, entre governo e seleção brasileira. Que, por sua vez era igual a Brasil, igual povo, como no período do general Médici.

Desfeitos alguns nós, é possível tratar do futebol, sem receio de "estar traindo os verdadeiros interesses das massas", porque não resta a menor dúvida de que o futebol faz parte desses legítimos interesses, cabendo a ela saber defendê-los como algo verdadeiramente seu.

A seleção brasileira não conta com Pelé e nem poderá contar com Garrincha. E isso é triste. Não consegue armar um time. E isso é irônico "no país do futebol". Técnico, dirigentes e Rede Globo alardeiam grandes possibilidades de vitória. E isso é farsa.